



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD
FACE-FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS
E ECONOMIA.

CURSO DE ECONOMIA

SUZI CRISTINY DA COSTA MARQUES

**CRIAÇÃO E DESTRUIÇÃO DE EMPREGO EM MATO GROSSO DO
SUL: UMA ANÁLISE SOBRE O FLUXO BRUTO DE EMPREGOS**

DOURADOS/MS

2014

SUZI CRISTINY DA COSTA MARQUES

**CRIAÇÃO E DESTRUIÇÃO DE EMPREGO EM MATO GROSSO DO
SUL: UMA ANÁLISE SOBRE O FLUXO BRUTO DE EMPREGOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Professor Mestre. Enrique Duarte Romero

Banca examinadora:

Professora Dr^a. Juliana Maria de Aquino

Professora Dr^a. Madalena Maria Schildwen

DOURADOS/MS

2014

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à minha família e amigos, pela motivação e confiança que sempre depositaram em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que sempre está comigo me orientando em minha caminhada. Quero agradecer também aos meus pais que desde pequena me incentivaram a estudar e a dar o meu melhor sempre, que em meio a todas as dificuldades se sacrificaram para que hoje eu pudesse estar aqui, a eles que com todo amor viram minhas vitórias e derrotas, mas nunca me deixaram desistir.

Agradeço também a meus queridos professores que contribuíram para o meu conhecimento, em especial ao professor Enrique pela confiança que sempre devotou ao meu trabalho e por seus “puxões de orelha” que me fizeram crescer não apenas profissionalmente, mas humanamente.

Não poderia deixar de mencionar a gratidão que tenho pelo meu querido ex-professor Daniel Frainer que humildemente contribuiu com esse trabalho, ao me disponibilizar algumas pesquisas e dados.

RESUMO

O mercado de trabalho sul-mato-grossense tem apresentado resultados positivos na evolução de postos de trabalho, no entanto em 2012 houve uma redução na evolução dos postos de trabalho indicando destruição de emprego em alguns setores. O objetivo geral desse trabalho é identificar a capacidade de realocação da força produtiva dentro do estado de Mato Grosso do Sul, por meio da análise do fluxo bruto de emprego que consiste em avaliar a criação de emprego com as taxas de criação e destruição calculadas com base na variação líquida, utilizando os dados do Cadastro Geral de Empregado e Desempregados (CAGED) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), visto que o trabalho apresentado analisa apenas o mercado de trabalho formal. Utilizando dados como os vínculos ativos em cada ano, o gênero dos trabalhadores, as diferenças salariais existentes e dados sobre os postos de trabalho tais como: evolução dos postos de trabalho por setores produtivos, variação líquida de emprego em cada período, criação e destruição bruta de emprego por setores produtivos, principais cidades e tamanho dos estabelecimentos. Dentre os principais resultados encontrados têm-se que em Mato Grosso do Sul a realocação bruta é bem maior do que a taxa de criação bruta, essa foi maior no setor de serviços e na cidade de Três Lagoas. A taxa de realocação foi menor no setor de administração pública e no município de Campo Grande, esse por sinal apresentou relevantes taxas de destruição bruta de emprego. As taxas de rotatividade são elevadas no mercado de trabalho sul-mato-grossense, no entanto não houve realocação em período de destruição de emprego, indicando baixa flexibilidade no mercado de trabalho sul-mato-grossense.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Criação de emprego. Rotatividade. Realocação.

ABSTRACT

The market of South Mato Grosso's work has shown positive trends in jobs results , however in 2012 there was a reduction in the evolution of employment stating job destruction in some sectors . The aim of this study is to identify the capacity reallocation of productive force within the state of Mato Grosso do Sul, through the analysis of gross job flow consists of assessing job creation with the creation and destruction rates calculated based the net change using data from the General Register of Employed and Unemployed (CAGED) and the Annual Report of Social Information (RAIS) , since the work presented examines only the formal labor market Using data such as assets in bonds each year, the gender of workers , existing wage differentials and data on jobs such as : development of jobs for productive sectors , net change in employment in each period ,gross creation and destruction employment for productive sectors , major cities and size of establishments . Among the main results that have been in Mato Grosso do Sul gross reallocation is much larger than the gross rate of creation, it increased in the service sector and in the city of Três Lagoas .The relocation rate was lower in the public administration sector and the municipality of Campo Grande , a sign that showed significant rates of gross job destruction . Turnover rates are high in the South Mato Grosso workforce , however no relocation in times of job destruction , indicating low flexibility in the South Mato Grosso workforce.

Key words : Job market.Job creation. Turnove. Relocation.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1- Média de horas trabalhadas por gênero, no estado de Mato Grosso do Sul de 2002 a 2012	42
Gráfico 2 – Mulheres com vínculos ativos, separadas por faixa etária em Mato Grosso do Sul, de 2002 a 2012.....	46
Gráfico 3-Trabalhadores do sexo masculino, com vínculos ativos, de 2002 a 2012, separados por faixa etária em Mato Grosso do Sul	47
Gráfico 4 - Evolução do emprego por setores econômicos de 2002 a 2012, em Mato Grosso do Sul.....	51
Gráfico 5- Evolução dos postos de trabalho em Mato Grosso do Sul, saldo de estoque em (%).	52

LISTA DE TABELAS

Tabelas 1- Imigrantes para o Mato Grosso do Sul, comparação entre 2000 e 2010	32
Tabela 2 - Vínculos ativos de acordo com a nacionalidade de 2002 a 2012.....	35
Tabela 3- Estoque de vínculos ativos no mês de Dezembro de cada ano de 2002 a 2012.....	37
Tabela 4 - Nível de emprego em estoque, por gênero no estado de Mato Grosso do Sul.....	39
Tabela 5 - Remuneração média nominal (R\$) por gênero do trabalhador, no Mato Grosso do Sul, de 2002 a 2012	41
Tabela 6-Total de vínculos ativos distribuídos pelo grau de instrução dos trabalhadores entre 2002 a 2012.	44
Tabela 7- Vínculos ativos no mês Dezembro de cada ano por idade e gênero dos trabalhadores, no estado de Mato Grosso do Sul.....	45
Tabela 8- Tempo médio de emprego (em meses) no Mato Grosso do Sul de 2002 a 2012, por gênero do trabalhador	48
Tabela 9- Total de vínculos ativos por estabelecimento de cada setor em Mato Grosso do Sul de 2002 a 2012.....	53
Tabela 10- Taxa de rotatividade nos setores produtivos de Mato Grosso do Sul de 2002 a 2012, em (%)..	55
Tabela 11 - Variação de emprego no estado de Mato Grosso do Sul, de 2002 a 2012	58
Tabela 12-Taxa de criação bruta de emprego em Mato Grosso do Sul de 2002 a 2012.....	59
Tabela 13 - Taxa de criação de emprego nos demais estados do Centro-Oeste	60
Tabela 14-Taxa de realocação bruta de postos de trabalho em Mato Grosso do Sul, no período de 2002 a 2012.....	61
Tabela 15- Taxa de alocação nos demais estado da região Centro-Oeste.....	62
Tabela 16- Nível de emprego em Campo Grande	63
Tabela 17- Nível de emprego em Dourados	64
Tabela 18- Nível de emprego em Três Lagoas.....	65
Tabela 19- Variação líquida de emprego nas principais cidades do Mato Grosso do Sul	66
Tabela 20- Criação bruta de emprego (JC_T) nas principais cidades do Mato Grosso do Sul.....	67
Tabela 21- Taxa de realocação (%) nas principais cidades do Mato Grosso do Sul.....	68
Tabela 22-Taxa de variação de emprego por tamanho do estabelecimento, de acordo com o número de trabalhadores, em Mato Grosso do Sul.....	69
Tabela 23-Taxa de criação de emprego por tamanho do estabelecimento, de acordo com o número de trabalhadores, em Mato Grosso do Sul.....	70
Tabela 24-Taxa de realocação de emprego por tamanho do estabelecimento no estado de Mato Grosso do Sul.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES- Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

CAGED - Cadastro geral de Empregados e Desempregados

DIEESE- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

FCO- Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

FGTS- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FIEMS- Federação das indústrias de Mato Grosso do Sul

FUNSAT-Fundação Social do Trabalho de Campo Grande

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços

IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JUCEMS - Junta Comercial do Mato Grosso do Sul

MTE- Ministério do Trabalho e Emprego

OCDE- Organização para Cooperação e Desenvolvimento econômico

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PDET- Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PIB- Produto Interno Bruto

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RAIS- Relação de informações sociais

SEBRAE - Serviço brasileiro de apoio às Micro e Pequenas empresas

SEPROTUR - Secretaria do desenvolvimento agrário, da produção, da indústria, do comércio e do turismo.

SUDECO- Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	12
INTRODUÇÃO	12
1.1 A PROBLEMATIZAÇÃO	14
1.2 OBJETIVOS	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos específicos.....	15
1.3 JUSTIFICATIVA	15
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	17
1.5 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	18
1.5.1 Revisão Teórica.....	18
1.5.2 Revisão de Literatura.....	20
1.6 METODOLOGIA	24
1.6.1 Área de estudo.....	24
1.6.2 Modelo teórico.....	25
1.6.3 Modelo Empírico.....	27
1.6.4 Dados utilizados	29
CAPÍTULO II	30
CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO EM MATO GROSSO DO SUL	30
2.1- Componente da mão de obra sul-mato-grossense: os imigrantes	31
2.2- Evolução dos estoques de emprego em Mato Grosso do Sul.....	36
2.3- Participação feminina e diferenciação salarial entre gêneros	39
CAPÍTULO III	50
ANÁLISE DO FLUXO BRUTO DE EMPREGO EM MATO GROSSO DO SUL	50
3. 1 - Evolução do emprego e análise da taxa de rotatividade por setores	51
3.2 - Criação e destruição de emprego por setores produtivos em Mato Grosso do Sul.....	57

3.3-Análise de criação e destruição de empregos entre as principais cidades do estado de Mato Grosso do Sul.....	63
3.4-Criação e destruição de empregos por tamanho de estabelecimentos.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICE A	80
APÊNDICE B.....	81
APÊNDICE C	82

INTRODUÇÃO

A presente monografia aborda o mercado de trabalho formal no estado de Mato Grosso do Sul, com a finalidade de verificar a estrutura do mercado de trabalho, identificando a capacidade de realocação da força de trabalho por meio da verificação das taxas de criação e destruição bruta de emprego.

O mercado de trabalho brasileiro tem apresentado nas últimas décadas um movimento de crescimento, acompanhando o resultado do Produto Interno Bruto (PIB), em períodos de recessão econômica tem-se uma redução nos postos de trabalho, ao contrário do que ocorre quando há um crescimento econômico acima da média.

A partir década de 1990 tem se observado uma mudança na estrutura produtiva do país e essa por sua vez vem exigindo trabalhadores mais qualificados e preparados para a competitividade exigida na nova era. As diferenças entre gêneros ainda se mostram presentes entre os trabalhadores, os homens tendem a ganhar mais do que as mulheres, as fronteiras secas e a falta de normas mais rígidas vem permitindo uma participação crescente de imigrantes na mão de obra brasileira.

Na crise econômica de 2008, o Brasil acumulou queda de 4% na produção, impactando principalmente o setor industrial. Como consequência para o mercado de trabalho, houve uma elevação do desemprego, os trabalhadores passaram a ser alocados em funções precárias e aumentou a rotatividade entre eles (POCHMANN, 2009).

No âmbito internacional, foi colocada em debate a eficácia das políticas públicas de emprego adotada nos principais países em desenvolvimento e em países desenvolvidos. Em muitos países da Europa e nos Estados Unidos, a medida para o controle do desemprego baseou-se em austeridade fiscal e na queda generalizada de salários, embora a relevância do tema, esse não será objeto de estudo nesse trabalho.

No estado de Mato Grosso do Sul, em 2008 a taxa de criação de emprego foi bem inferior aos períodos anteriores à crise e a taxa de rotatividade foi de 18,49%. Já nos anos seguintes, pode-se observar não apenas no estado, mas no Brasil as atividades econômicas ganharam impulso, em virtude da capacidade produtiva acumulada no período de recessão.

Em 2012, houve uma queda no crescimento do emprego dentro do estado, mesmo havendo um aumento nos vínculos ativos. No Brasil, ocorreu o mesmo processo, a redução no ritmo de crescimento da economia proporcionou certa estabilidade onde de início não se viu uma redução de contratações e sim um desempenho inferior ao coparado aos anos anteriores e a taxa de desemprego foi a menor desde 2009, atingindo 5,4% (IPEA, 2012).

O comportamento do mercado de trabalho brasileiro tem chamado a atenção de países estrangeiros. Segundo a Organização Internacional do Trabalho-OIT (2013), tal resultado é fruto da efetividade das políticas públicas de emprego que visam garantir salário mínimo, proteção ao trabalhador, investimento em infraestrutura, que acabam aumentando as expectativas de criação de emprego.

Nos últimos anos, o país tem atraído muito investimento estrangeiro possibilitando o aumento no nível de emprego. Dentro do estado de Mato Grosso do Sul, houve um aumento significativo no número de empresas constituídas e atraídas para o estado, graças aos subsídios consentidos pelos governos federal e estadual.

Neste trabalho, buscou-se levantar as características dos trabalhadores tais como, idade, naturalização, gênero, salários, nível de instrução, tempo de permanência nos empregos e também foi necessário analisar o mercado de trabalho como um todo observando o estoque de emprego em cada ano, o desempenho dos setores produtivos, a taxa de rotatividade de cada setor para que assim pudesse alcançar os objetivos.

Os resultados encontrados são importantes para identificar as características dos setores e estabelecimentos que mais contribuem com a criação de emprego dentro do estado. Fornecendo subsídios para as políticas públicas de emprego que possam a ser desenvolvidas no estado.

1.1 A PROBLEMATIZAÇÃO

Nas últimas décadas, profundas transformações repercutiram no mercado de trabalho e no nível de emprego tais como a abertura comercial, as mudanças do regime cambial e as privatizações. Os postos de trabalho foram afetados acentuando o desemprego, já que muitos setores tiveram que se reestruturar e muitos deles não resistiram às mudanças exigidas pela competitividade.

A redução de postos de trabalho é vista por muitos como resultado da automação microeletrônica, sendo portanto, uma questão estrutural que reduziu a contratação de mão de obra. Já outros acreditam que a redução do emprego é explicada pelas questões conjunturais tais como a abertura comercial (FRAINER, 2011).

O estudo sobre a criação e destruição de emprego no Brasil é limitado, sendo que a maioria dos autores aborda apenas um dos temas. Em Mato Grosso do Sul essa deficiência é ainda maior, configurando como um grande empecilho para as políticas de emprego, visto que é por meio dessa relação de criação e destruição que se pode afirmar se as políticas de emprego implantadas estão efetivamente corretas.

Sabe-se que mesmo tendo um alto índice de criação de empregos no estado, o desemprego pode coexistir em virtude das diferenças entre tamanhos e setores apresentado pelas empresas. As informações que se têm disponíveis sobre o mercado de trabalho relacionam, em sua maioria, dados sobre estoques de emprego e desemprego sem levar em consideração as diferenças comportamentais das empresas de um mesmo setor na hora de contratar os trabalhadores.

A análise da criação e destruição de emprego no estado de Mato Grosso do Sul, avalia a dinâmica do emprego na empresa e no conjunto econômico do estado. Logo, é possível um estudo mais aprofundado sobre as variáveis que influenciam o mercado de trabalho. A relação de destruição e realocação gera um real conhecimento da situação econômica da região e das próprias empresas.

Essa identificação do fluxo bruto de emprego gera um benefício tanto para o trabalhador quanto para o empresário, ao ser considerado na formulação de política de emprego, pois permite verificar quais os setores que mais empregam e a qualidade desses empregos. Diante disso, surge o questionamento: O estado de Mato Grosso do Sul possui um mercado de trabalho dinâmico, onde os trabalhadores conseguem se realocar nas diferentes funções?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é analisar a estrutura do mercado de trabalho sul-mato-grossense identificando a capacidade de realocação da força de trabalho por meio da análise de criação e destruição de empregos.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar o mercado de trabalho sul-mato-grossense e o fluxo de emprego no estado durante o período de 2002 a 2012.
- Descrever a capacidade de realocação do mercado de trabalho do estado.
- Verificar a criação de postos de trabalho por setores produtivos, nas principais cidades de Mato Grosso do Sul e por tamanho dos estabelecimentos.

1.3 JUSTIFICATIVA

O mercado de trabalho, com pessoas sendo empregadas e desempregadas a todo instante, alterando com frequência os tipos de vínculo empregatícios, revela o motivo de muitos economistas colocarem em suas agendas de pesquisas análises sobre seu comportamento (CORSEUIL; SERVO; RIBEIRO, 2006).

Nos últimos anos, após a crise de 2008, pode-se observar que o desempenho das atividades econômicas brasileiras ganhou impulso em virtude da capacidade produtiva acumulada no período de recessão. Os principais setores da economia apresentaram, nesse período, um alto desempenho na criação de emprego, fruto das transformações ocorridas e da criação de novos mercados.

O mercado de trabalho apresenta particularidades que precisam ser entendidas para a maior eficácia das políticas públicas de emprego, dentre elas pode-se citar o grau de instrução dos trabalhadores e as diferenças salariais advindas do maior grau de instrução, conforme ressalta a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2013).

A OCDE divulgou em 2013 a pesquisa *Education at a Glimpse*, onde se verifica que no Brasil a diferença salarial entre trabalhadores com nível superior é de 157% a mais do que os trabalhadores que possuem apenas nível médio. Entre os sexos a diferença varia em torno de 173% entre os homens e 169% entre as mulheres.

A pesquisa indica que os trabalhadores sem ensino médio completo ganham 42% a menos do que os formados no mesmo grau. A taxa de desemprego para os trabalhadores com nível superior completo é de apenas 2,9%, enquanto para os trabalhadores com apenas o ensino médio, o desemprego chega a 6,1% (OCDE, 2013).

Para Almeida *et al* (2002) a desruralização pela qual passou a região Centro-Oeste na década de 1990 permitiu que a maior parte da força de trabalho se concentrasse nos setores de serviços e comércio devido a expansão das atividades agrícolas. Os dados apresentados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-CAGED (2013) demonstram que a região Centro-Oeste é a terceira região, no *ranking* das geradoras de empregos. Entre os estados com maior participação estão Goiás e Mato Grosso, sendo classificadas na quarta e sexta posições, respectivamente.

A partir do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o estado de Mato Grosso do Sul vem sendo alvo de políticas governamentais para a expansão da atividade industrial. Sua localização próxima aos principais centros consumidores do país tornam seus produtos mais competitivos. Algumas cidades como Dourados, Três Lagoas e Corumbá, serviram de instrumento para a política governamental, atraindo investimento estrangeiro e consequentemente melhorando os índices de renda e emprego do estado (SOUZA, 2010).

O processo de globalização e as inovações tecnológicas reconfiguraram o processo produtivo e, por conseguinte o mercado de trabalho. No estado de Mato Grosso do Sul não foi diferente, os setores de serviços e indústria de transformação tiveram uma redução na criação de empregos conforme observa Vieira (2010), devido à difusão do progresso técnico e das tecnologias de trabalho. No entanto, o setor agropecuário ao mesmo tempo em que reduziu sua força de trabalho em virtude da tecnologia implantada no setor, aumentou a produção e exportação de seus produtos gerando novos empregos.

Conforme Fernandes e Schlindwein (2010), o estado de Mato Grosso do Sul apresentou uma diminuição de emprego informal¹, de 2001 a 2008, verificando-se também um aumento do trabalho formal e criação de novos postos de trabalho no mesmo período.

¹ Emprego Informal: todo trabalho exercido sem vínculo jurídico entre patrão e empregado, ou seja, sem registro na carteira de trabalho com algumas características em comum como: a facilidade de entrada, o uso intensivo de trabalho com a utilização de tecnologias adaptada, atuação em mercados não regulamentados (KON, 2004).

O nível de emprego formal no estado cresceu 29%, enquanto a região Centro-Oeste teve um acréscimo de 64% nos sete anos analisados.

Segundo Frainer *et al* (2011), o setor que apresenta maior capacidade de geração de emprego formal na economia sul-mato-grossense é o setor agropecuário, no entanto o mesmo setor possui baixa capacidade de geração de valor adicionado do PIB. Logo, o crescimento do emprego formal e a geração de valor adicionado de PIB, não apresentam uma relação linear perfeita. Observam também uma redistribuição dos setores produtivos, reduzindo as disparidades de distribuição em relação ao estado e por fim concluem que a maior capacidade de crescimento do emprego formal está ligada aos setores relacionados com a indústria de transformação.

De acordo com CAGED (2013), no primeiro semestre de 2013 foram gerados 826,1 mil empregos formais no Brasil. Os setores com melhor desempenho foram os de serviços com 361 mil postos, a indústria, com 186,8 mil e a construção civil, com 133,4 mil postos de trabalho. Os salários também apresentaram significativos resultados, chegando a um aumento de 1,70% em relação ao salário médio de 2012, passando para R\$ 1.090,52.

Conforme o *ranking* realizado pelo CAGED (2013), o estado de Mato Grosso do Sul aparece na décima quarta posição entre os estados com melhor saldo de empregos, sendo 25.205 admitidos e 23.768 desligados, o crescimento do mercado de trabalho, no primeiro semestre, em relação a 2012 foi de 3,91%. Os principais setores que contribuíram para esse resultado são o de serviços e o comércio, o primeiro representou um aumento de 1.415 postos de trabalho, enquanto no segundo foram contratados 501 trabalhadores.

Uma das vantagens verificada ao se estudar o fluxo bruto de criação e destruição de emprego é o fato de identificar a capacidade de realocação de recursos na economia, pois um mercado de trabalho muito flexível é mais eficiente na alocação de recursos, enquanto um mercado com alta volatilidade acaba por afetar o bem estar social.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho será dividido em três capítulos. Neste primeiro capítulo destaca-se o projeto procurando caracterizar e contextualizar o estudo, apresentando referências teóricas e bibliográficas. Na revisão bibliográfica, buscará utilizar autores que pesquisam o mercado de trabalho nacional e o estadual, utilizando pesquisas de criação e destruição de emprego.

No segundo capítulo, será realizada uma análise do mercado de trabalho no estado de Mato Grosso do Sul, abordando os diferentes aspectos da formação de mão de obra, ressaltando a imigração de mão de obra para o estado, o nível de emprego nos últimos dez anos, a remuneração dos trabalhadores, verificando as diferenças em virtude do sexo e o grau de instrução dos trabalhadores dentro do estado. Para tanto, serão utilizados dados disponíveis no Ministério do Trabalho e Emprego e IBGE, artigos e livros sobre a mobilidade do trabalhador.

No terceiro capítulo será realizada a análise do fluxo bruto do emprego dentro dos setores da economia sul-mato-grossense, a base de dados advém do próprio CAGED e das Relações Anuais de Informações Sociais (RAIS) através do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET).

1.5 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O presente trabalho possuirá uma revisão teórica buscando levantar os conceitos e teorias relevantes para o desenvolvimento da problemática. Será realizada uma revisão de literatura sobre o tema demonstrando a importância das questões abordadas.

1.5.1 REVISÃO TEÓRICA

A economia clássica representada por Adam Smith afirmava que a economia chegaria ao equilíbrio espontaneamente e fornecendo emprego a quem quisesse trabalhar. Keynes ao contrário, afirmava que os salários mudam lentamente, durante as recessões, quando o preço cai, o valor dos salários aumenta e as empresas procuram menos mão de obra. Reduzindo a procura na economia, os trabalhadores ficam presos ao desemprego e as empresas presas à subprodução. Portanto o desemprego não é uma escolha do trabalhador (MENDES, 2013).

A essência da Teoria Geral do Emprego define que o nível de emprego de equilíbrio depende da oferta agregada, da propensão a consumir e do montante de investimento. O volume de emprego precisa de nível de investimento que possa absorver o excesso de produção sobre o que a comunidade consome quando o emprego se encontra em determinado nível. Para alcançar o equilíbrio do emprego é necessário haver um montante de investimento corrente (KEYNES, 1990).

Assim, quando a propensão marginal a consumir é relativamente constante, o nível de emprego segue as flutuações dos investimentos, que são influenciadas pelas taxas de juros e pela eficiência marginal do capital. Logo, se a taxa de juros é relativamente estável, o nível de emprego depende da eficiência marginal do capital, ou seja, das expectativas que os empresários têm sobre os negócios (KEYNES, 1990).

No curto prazo, essas expectativas irão afetar o nível de emprego e influenciar o grau da capacidade ociosa. No longo Prazo, irão aumentar o nível de emprego e a capacidade produtiva. As expectativas de longo prazo envolvem incertezas e risco, quanto mais estáveis às instituições, menor o grau de incerteza e risco e maiores os investimentos. O volume de emprego depende do retorno que os empresários esperam receber de sua produção e quanto maior o grau de confiança dos empresários maior o interesse em contratar trabalhadores produtivos (KEYNES, 1990).

O papel do governo, segundo Keynes, é importante para estimular a procura de produtos, estimulando a admissão de trabalhadores por parte das empresas à medida que os preços subissem, os salários reais cairiam fazendo a economia retornar ao pleno emprego. Logo, a partir do momento em que o governo injetasse demanda na economia, o sistema se recuperaria (MENDES, 2013).

A teoria do salário de eficiência, sustentada por Carl Shapiro e Joseph Stiglitz, é uma forma de estimular a produtividade do trabalhador. Os empregadores pagam mais para ter maior rendimento do funcionário, isso decorre das imperfeições do mercado. Os salários de eficiência ajudam a selecionar os melhores candidatos e ajudam a reduzir a rotatividade (MENDES, 2013).

A participação do empresário, da teoria da inovação e expansão do crédito, defendidos por Schumpeter (1961) contribui para o desenvolvimento de políticas governamentais para o aumento da renda e do consumo da população, fortalecendo as pequenas e médias empresas e aumentando a contratação das mesmas. E até mesmo desenvolvendo o empreendedorismo por meio de uma destruição criadora, visto que é por meio de mudanças no processo produtivo, que há a criação de uma nova estrutura econômica e destruição da antiga.

Considerando a participação dos trabalhadores e sua atuação no mercado de trabalho, a teoria do capital humano afirma que quanto maior o investimento em educação maior as possibilidades de o trabalhador conseguir uma oportunidade de trabalho, com melhores salários e maiores incentivos a mobilidade social (EHRENBERG; SMITH, 1994).

1.5.2 REVISÃO DE LITERATURA

O mercado de trabalho conforme definem Erhenberg e Smith (1994) é composto por todos os vendedores e compradores de trabalho, onde alguns participantes estão temporariamente inativos enquanto outros tentam transacionar. Para garantia de direitos e deveres, as ações dos participantes são regulamentadas por legislação do trabalho e pela presença de sindicatos.

O desempenho do mercado de trabalho foi reestruturado nos anos 1990, em virtude do comportamento da produção e do emprego assalariado. Houve uma redução no nível de emprego, acompanhado de geração de empregos em condições precárias e de baixa produtividade, fazendo com que os trabalhadores que não conseguiram se adaptar as novas necessidades do mercado fossem para as atividades informais (POCHMANN, 2001).

Segundo Pochmann (2001), as relações trabalhistas no Brasil dependem tanto do poder público, dos empresários como das organizações sindicais. O poder público tem importância na regulamentação do mercado de trabalho por meio da atuação do Ministério do Trabalho e das Secretarias do trabalho.

As empresas tiveram que se adaptar as mudanças ocorridas como a abertura comercial, a estabilidade monetária, a valorização do câmbio e a alta dos juros. Essas mudanças propiciaram avanço tecnológico para as grandes empresas, enquanto a maioria das demais reorganizaram sua forma de produção e a mão de obra utilizada. A participação dos sindicatos foi influenciada pela participação dos funcionários públicos e pelo aumento de sedes centrais sindicais (POCHMANN, 2001).

Em estudo realizado no Brasil, os autores Arbache e Corseuil (2001), buscando avaliar o quanto a liberalização comercial afetou o emprego e salários interindustriais, concluem que os fluxos comerciais decorrentes da abertura comercial foram significativos para a alocação dos fatores de produção e para os preços dos produtos. Afirmam que as importações possuem maior influência nas alterações dos empregos enquanto as exportações influenciam os salários pagos aos trabalhadores, visto que o aumento de 1% nas importações reduz em 0,08% a participação do emprego na indústria, já um aumento de 1% nas exportações diminui em quase 0,6% os salários dos trabalhadores desse setor.

Para Constanzi (2004), o crescimento do emprego formal no Brasil está relacionado com o crescimento do produto real por setor, assim os setores que apresentam maior taxa de crescimento real são os mesmos que obtém maior incremento do emprego formal, essa

correlação indica que o crescimento econômico é importante para explicar o comportamento do trabalho formal.

As firmas de pequeno porte apresentam desempenho de criação de emprego acima do apresentado pelas firmas de médio e grande porte gerando preocupações quanto à qualidade dos empregos gerados, visto que nessas empresas há maior rotatividade de mão de obra e a sustentabilidade dos empregos criados é duvidosa. Constanzi (2004) afirma que essas empresas poderiam ter prioridade na alocação de recursos para a geração de emprego e renda, no entanto, deve-se observar se esse aumento de emprego nas pequenas empresas não decorre de terceirizações.

Apesar das leis implantadas no Brasil para regular as atividades empregatícias, a própria heterogeneidade de fatores produtivos tornou frágil e com profundas desigualdades sociais, o mercado de trabalho brasileiro. A política macroeconômica prevalecente na década de 1990 prejudicou o desempenho do emprego formal, em virtude da falta de expectativas de crescimento econômico tão relevante para os trabalhadores e empregadores. O desemprego presente no Brasil decorre da geração de empregos em nível insuficiente para absorver a população economicamente ativa no país (CONSTANZI, 2004).

A alta rotatividade da mão de obra acaba por prejudicar os investimentos em treinamento, diminuindo a produtividade que refletirá nos baixos salários dos trabalhadores. Outra consequência da alta rotatividade é redução do compromisso entre trabalhadores e empregadores, já que como os primeiros rodam muito no mercado, as empresas acabam por informalizar as relações de trabalho para reduzir custos de admissão e demissão. De acordo com Gonzaga (1998) o maior problema do mercado de trabalho brasileiro é a baixa qualidade dos empregos e não a criação desses.

Ribeiro (2006) conclui que o Brasil possui altas taxas de realocação e de rotatividade do trabalhador. Sendo as mudanças organizacionais, responsáveis por 46% da taxa de rotatividade e a realocação intra-firma por 27% da realocação nos postos de trabalho. Demonstrando que as empresas brasileiras estão em forte processo de evolução, sugerindo maior eficiência alocativa.

O lado negativo das altas taxas de realocação e de rotatividade é que elas podem gerar insegurança para os trabalhadores em virtude da redução do tempo de permanência na função, das perdas salariais e de bem estar (RIBEIRO, 2006).

Corseuil *et al* (2006) constataram que o mercado de trabalho brasileiro é dinâmico, com altas taxas de criação e destruição de emprego, no mínimo um terço das oportunidades

de emprego mudam de endereço, sendo característica marcante a heterogeneidade de um mesmo setor. O empreendedorismo e a mortalidade das firmas são importantes para análise do mercado de trabalho.

Usando uma modelo de regressão, Haltiwanger *et al* (2006) exploraram dados sobre o fluxo de emprego em todos os setores e classes de tamanho em dezesseis economias industriais e verificaram que as pequenas empresas apresentam um ritmo maior de criação e destruição de emprego. Os fatores realmente importantes nas economias são os regulamentos sobre a contratação e demissão de trabalhadores, já que as rigorosas normas têm impacto adverso sobre a eficiência alocativa e nos níveis de produtividade.

Ao avaliar o fluxo bruto de emprego na indústria no Rio Grande do Sul, Ribeiro e Pereira (2006) sugerem haver simetria entre o efeito do câmbio e da abertura comercial sobre as taxas de criação e destruição de emprego, com efeitos positivos na variação líquida de emprego, aumentando a criação e reduzindo a destruição. As depreciações do dólar fazem com que sejam reduzidas as destruições e em contrapartida, se eleve a criação de empregos. Os empregos criados surgem de modo líquido, não sendo fruto de realocação. Segundo os autores, a destruição de emprego é mais sensível às alterações do câmbio do que a criação.

Em estudo realizado no Brasil, Silva Junior e Ribeiro (2007), concluíram que em períodos de expansão líquida de emprego há um aumento no risco de destruição de empregos, quando o emprego líquido aumenta, a destruição aumenta, mas menos que proporcional ao crescimento da criação. A capacidade empreendedora, a escolaridade e o tamanho de estabelecimento são as bases das políticas públicas para criação de emprego.

O aumento de emprego qualificado na economia brasileira deu-se conforme Silva Junior e Ribeiro (2007) pela substituição de trabalhadores de baixa qualificação por trabalhadores mais qualificados dentro das próprias empresas. Os estabelecimentos privados apresentam comportamentos similares no fluxo de emprego, mesmo estando em regiões ou setores diferentes. Outra característica importante observada é que boa parte dos empregos criados se encontram em empresas com até 19 funcionários.

Segundo o Ministério de Trabalho e Emprego (2010), o mercado de trabalho formal brasileiro é caracterizado por forte flexibilidade contratual, sendo seu tempo médio de vínculo empregatício apenas quatro anos. Os pequenos e médios estabelecimentos podem apresentar altas taxas de rotatividade, apesar de não serem os principais responsáveis dos contratos rompidos.

De acordo com Figueiredo (2012) a rotatividade da força de trabalho tem apresentado na última década altos índices, em 2001 a taxa de rotatividade global era de 45,1%, em 2007 subiu para 46,8% e em 2011 passou para 54,6%. O percentual de rotatividade indica a proporção do valor mínimo entre desligamentos e demissões. E possui seus efeitos negativos, pois boa parte desse índice representam trabalhadores em condições contratuais precárias e flexíveis, com baixo tempo de duração do emprego e rendimentos inferiores devido às limitações relativas ao processo de crescimento salarial.

A região Centro-Oeste, conforme afirma Almeida *et al* (2002) *apud* Baltar (1998), computou a maior variação do número de pessoas ocupadas na década de 1990 no total das atividades, entre os anos de 1989 e 1998 a região apresentou um aumento de 1% em sua participação no total de pessoas ocupadas no país. Os estados que compõem a região Centro-Oeste sofreram importantes mudanças na estrutura produtiva e ocupacional nas últimas décadas.

A participação de migrantes tem sido importante para descrever o comportamento do mercado de trabalho na região Centro-Oeste. Entre 1992 e 1999, estados como Distrito Federal e Goiás apresentaram uma participação acima da média, até mesmo em atividades agropecuárias que são de pouca importância para a economia do Distrito Federal. Já os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apresentaram no período de análise uma redução significativa da participação de migrantes nas atividades agropecuárias (ALMEIDA *et al.*,2002).

Segundo Melos (2004) as discriminações salariais estão presentes no mercado de trabalho da região Centro-Oeste, a pesquisa realizada pela autora concluiu que a participação feminina é maior nas funções relacionadas ao setor de serviços e nas atividades que requerem maior grau de instrução. A discriminação salarial entre os gêneros na região chega a 62,5% podendo ser reduzido pelo aumento de formação profissional e pelos anos de experiência.

Observando as diferenças salariais presentes no mercado de trabalho sul-mato-grossense no período de 2002 a 2008, constatou-se que em média 10% que possuem maiores salários, possuem renda de 2,30 vezes maior do que os 10% dos empregados com renda menor, demonstrando que a concentração de renda aumentou em virtude da elevação de postos de trabalho formais apresentados no período em análise. Outra consideração relevante apresentado pelo estudo é o fato da participação masculina ser maior tanto no que diz respeito aos salários pagos quanto no total de empregos formais (SILVA *et al* ,2010).

Segundo Silva *et al* (2010) um trabalhador do sexo masculino, no Mato Grosso do Sul com formação superior tem um salário médio real 89% maior do que um trabalhador com formação secundária. As trabalhadoras com formação superior tem um salário médio real 65% maior do que as trabalhadoras com formação secundária, analisados no período de 2002 a 2008. Considerando o gênero, um homem com formação superior recebe um salário médio real 43% maior do que uma mulher com formação superior.

Conforme apresentado nos parágrafos anteriores, o mercado de trabalho é um tema amplo e de extrema importância para a economia. As mudanças em taxa de câmbio, importações, exportações e demais variáveis acabam refletindo diretamente na criação de empregos. Para identificar as consequências dessas relações tanto para o trabalhador quanto para a empresa que se propõem o presente trabalho.

1.6 METODOLOGIA

Para a realização desse trabalho será realizada uma pesquisa explicativa sobre as características do mercado de trabalho sul-mato-grossense. Para a realização do objetivo geral será necessário utilizar a método desenvolvido Hatiwanger *et al* (2006) em que se calcula taxa de criação e destruição bruta de emprego em virtude da variação líquida de emprego, utilizando os dados disponíveis no Programa de Disseminação e Estatística do Trabalho (PDET).

Por meio dos resultados encontrados poderá ser descrito o potencial de realocação da força produtiva no estado dentro de cada período em análise. Para a análise do fluxo de emprego, durante o período de 2002 e 2012, também será usado os dados do PDET, que são disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, nessa análise será utilizada apenas os estoques de emprego e não o acumulado durante o período, para facilitar a mensuração dos resultados.

1.6.1 ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo refere-se ao estado de Mato Grosso do Sul, com mais de 2.587.269 habitantes, distribuídos em 78 municípios. O estado faz divisas com os estados do Paraná, São Paulo, Goiás e Mato Grosso, tendo assim, uma localização estratégica para seu

desenvolvimento econômico. Localizando entre os principais centros consumidores e produtores do Brasil e até mesmo da América do Sul (IBGE, 2013).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) encontra-se em torno de 0,72, considerado um índice alto, deixando o estado na 10ª posição do *ranking* entre os estados brasileiros. Dos 78 municípios 27 possuem IDHM considerado alto, 47 médio e quatro foram classificadas com IDHM baixo, conforme ressalta o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2013).

Segundo dados do CAGED (2013), o estado de Mato Grosso do Sul criou em 2012, 19,2 mil postos de trabalho. Assim, os estoques de empregos fechou o ano com 617,2 mil empregos formais, representando um crescimento de 3,22% em relação a 2011.

Os setores que apresentam melhor desempenho na criação de emprego são: serviços, a indústria de transformação e o comércio. Já a administração Pública e a agropecuária, tiveram eliminação de postos de trabalho (CAGED, 2013).

1.6.2 MODELO TEÓRICO

Para análise do fluxo bruto de empregos, será necessário avaliar as taxas de criação e destruição de empregos, além das taxas de realocação. Os conceitos básicos como criação de emprego (*job creation*) ou realocação de emprego (*job reallocation*) e rotatividade exige esclarecimento sobre suas definições. O primeiro termo a ser visto é a ocupação, que constitui o fato de uma pessoa exercer atividade remunerada, independente de ser legalizada (CORSEUIL ; CERVO, 2006).

O desemprego ou desocupação diz respeito à situação da pessoa que se encontra sem ocupação, mas está à procura, ao contrário da inatividade onde a pessoa não está ocupada e nem à procura de ocupação (CORSEUIL; CERVO, 2006).

A expressão posto de trabalho será utilizada, em seu sentido mais amplo, compreendendo o número de trabalhadores que podem ser empregados dentro de uma empresa, incluindo os empregadores e autônomos.

O presente trabalho pretende analisar o fluxo de emprego nos estabelecimentos, que se diferencia das tradicionais pesquisas por não abordar temas como ocupação, desemprego e inatividade. O mercado de trabalho será analisado pelo lado da demanda de empregos, a partir da análise das empresas.

Será usado o método de Davis e Haltiwanger *apud* Corseuil e Cervo (2006) verificando-se o número de empregos criados ou destruídos de modo líquido nos setores de extrativa mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, serviços, administração pública e agropecuária. Utilizando a seguinte equação:

$$\Delta n_{it} = n_{it} - n_{it-1} \quad (1)$$

Sendo:

n_{it} : estoque de empregos nos setores

i_t : período atual da análise.

i_{t-1} : período anterior.

A taxa de criação (JC) é definida como a soma das variações do emprego nas empresas que tiveram crescimento, baseia-se no número de oportunidades de emprego.

$$JC_t = \sum_{i=1}^M \left(\frac{\Delta n_{it}}{E_t} \right) I \times 100 \quad (2)$$

Sendo:

$\Delta n_{it} \geq 0$ há então criação de emprego (JC).

$I=1$ se houver criação ou 0 se houver destruição.

E_t = número médio de pessoas empregadas nos período t_1 e t .

M =número de empresas no setor

A taxa de destruição (JD) é definida como o número de oportunidades de empregos destruídas entre $t-1$ e t , em relação ao número total de emprego.

$$JD_t = \sum_{i=1}^M \left(|\Delta n_{it}| / E_t \right) I \times 100 \quad (3)$$

Tem-se:

$\Delta n_{it} \leq 0$ há então destruição de emprego (JD)

E_t = número médio de pessoas empregadas nos período t_1 e t .

A taxa de realocação bruta de postos de trabalho (GJR) é a soma do número absoluto de empregos criados e destruídos no setor durante um período, em relação ao emprego médio total da economia, mede a rotatividade do trabalhador entre empresas.

$$GJR_t = \sum_{i=1}^M \frac{|\Delta n_{it}|}{E_t} \times 100 = JC_t + JD_t$$

(4)

Tem-se:

Δn_{it} : número de oportunidades criadas e destruídas.

E_t = número médio de pessoas empregadas nos período t_1 e t .

M = número de empresas no setor

1.6.3 MODELO EMPÍRICO

Para a análise do fluxo bruto de empregos por setores produtivos no estado de Mato Grosso do Sul, serão utilizada as medidas de *Job creation* (JC) e *Job destruction* (JD). Conforme as equações abaixo:

$$JC_t = \sum_{i=1}^M \left(\frac{\Delta n_{it}}{E_t} \right) I \times 100$$

(5)

Sendo:

$\Delta n_{it} \geq 0$ há então criação de emprego (JC).

$I=1$ se houver criação ou 0 se houver destruição

Δn_{it} : número de oportunidades criadas e destruídas.

E_t = número médio de pessoas empregadas nos período t_1 e t .

M = número de empresas no setor

Considerando o setor de extrativa mineral para exemplificar o modelo, no período de 2011 e 2012, a variação líquida nesse período foi de 267 vínculos ativos e o emprego médio 60.785,5. Tem-se então:

$$JC = \Delta_{nit}/E_t \times 100$$

(6)

Sendo:

$\Delta n_{it} \geq 0$ há então criação de emprego (JC).

$I=1$ se houver criação ou 0 se houver destruição.

Δn_{it} : número de oportunidades criadas e destruídas.

E_t = número médio de pessoas empregadas nos período t_1 e t .

M = número de empresas no setor

$$JC = \frac{267}{60758,5} \times 100 = 0,44\%$$

(7)

Assim, considerando o resultado do setor extrativa mineral entre 2011 e 2012 houve uma criação bruta de emprego dentro do setor de 0,44%, ou seja, do total de emprego criado 0,44% não decorreram de realocação de funções.

O tomado como exemplo o setor de extrativa mineral no período de 2011 a 2012 houve apenas criação de emprego, mas caso houvesse destruição seria utilizada a fórmula abaixo.

$$JD_t = \sum_{i=1} M (|\Delta n_{it}| / E_t) \times 100$$

(8)

Sendo:

$\Delta n_{it} \geq 0$ há então destruição de emprego (JD).

$I=1$ se houver criação ou 0 se houver destruição

Δn_{it} : número de oportunidades criadas e destruídas.

E_t = número médio de pessoas empregadas nos período t_1 e t .

M = número de empresas no setor

$$JD = \Delta_{nit} / E_T \times 100$$

(9)

A taxa de realocação bruta é calculada da seguinte forma:

$$GJR_t = \sum_{i=1} M \frac{|\Delta n_{it}|}{E_t \times 100} = JC_t + JD_t$$

(10)

Sendo:

$I=1$ se houver criação ou 0 se houver destruição

Δn_{it} : número de oportunidades criadas e destruídas.

E_t = número médio de pessoas empregadas nos período t_1 e t .

M = número de empresas no setor.

$$\begin{aligned}
GJR_t &= JC_t + JD_t \\
GJR_t &= 0,44 + 0 \\
GJR_t &= 0,44
\end{aligned}
\tag{11}$$

Analisando a taxa de realocação bruta no setor de extrativa mineral, como não houve destruição de empregos, pode-se dizer que 0,44% dos trabalhadores conseguem se realocar nas diferentes funções dentro do setor.

1.6.4 DADOS UTILIZADOS

Para a realização desse trabalho serão usadas publicações do Dieese, CAGED, dados do IBGE e do RAIS. Os dados advindos do CAGED e Dieese estão relacionados com os vínculos ativos em estoque, de trabalhadores formalmente contratados. Enquanto os dados do RAIS relacionam as características dos trabalhadores presentes no mercado de trabalho.

A base de dados utilizada na pesquisa será a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) que é um registro administrativo que as empresas obrigatoriamente preenchem e encaminham para o Ministério do Trabalho, sendo então o estabelecimento a unidade de obtenção de dados, esses dados estão disponíveis no PDET do Ministério do Trabalho e Emprego. Serão utilizados dados sobre a evolução do emprego formal, dados por setor de atividade econômica, por tamanho de estabelecimento e remunerações.

Para evidenciar a importância do estudo, foram realizadas coletas de dados sobre o emprego formal sul-mato-grossense no período de 2002 a 2012, enfatizando a categorias de empresas, setores produtivo, tamanho do estabelecimento e por fim as diferenças setoriais.

A base de dados refere-se aos empregados celetistas, estatutários, avulsos, temporários e outros. Para o cálculo do fluxo bruto de emprego será utilizada a relação de empresas com vínculos ativos, disponibilizadas pelo próprio Ministério de Trabalho e Emprego em seu banco de dados.

CAPÍTULO 2- CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO EM MATO GROSSO DO SUL

Neste capítulo será traçado o perfil do mercado de trabalho sul-mato-grossense, levando-se em considerações particularidades dos trabalhadores tais como suas origens, seu gênero, escolaridade, salários, diferenças salariais, tempo de trabalho e também será realizada a análise sobre a evolução das contratações, tomando como base os empregos em estoque.

O mercado de trabalho sempre esteve entre as principais questões levantadas no estudo da economia, principalmente nos últimos anos, devido às mudanças na vida econômica do país tais como abertura comercial, a estabilização da moeda e a reconfiguração da estrutura produtiva por meio das novas tecnologias implantadas.

A incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo costuma substituir a mão de obra menos qualificada e exige maior qualificação dos trabalhadores, já que para auxiliar em processos mais modernos de produção, a alta qualificação torna-se um diferencial que acarreta maior competitividade (NEGRI *et al*, 2006).

A elevação da participação da economia brasileira no cenário mundial é considerado por Negri *et al* (2006) como determinante nas transformações ocorridas no mercado de trabalho. Na primeira década de 1990, o nível de emprego brasileiro foi afetado pela instabilidade política e macroeconômica, pelo aumento da entrada de bens importados que acabaram reduzindo a competitividade de algumas empresas, resultando na eliminação de postos de trabalho.

Além da substituição do trabalhador menos qualificado para o mais qualificado, o mercado de trabalho brasileiro tem apresentado algumas mudanças em relação à composição da mão de obra, por exemplo, a mão de obra feminina vem participando cada vez mais do mercado de trabalho brasileiro, incentivos de políticas de educação tem melhorado o grau de instrução dos trabalhadores e os incentivos para o desenvolvimento regional têm atraído cada vez mais imigrantes de diferentes regiões para regiões menos populosas.

No Brasil tem-se o problema da mão de obra como entrave ao crescimento econômico desde tempos remotos, segundo Furtado (1976) já na metade do século XIX a força de trabalho brasileira era constituída basicamente por escravos sendo esses substituídos pela “superioridade” do trabalhador europeu. Ao fim do século XIX, surge a imigração entre as regiões do país, a exemplo do que ocorreu com os nordestinos em direção à Amazônia.

Após essa breve contextualização do mercado de trabalho brasileiro será caracterizada a situação presente dentro do estado de Mato Grosso do Sul, iniciando pelo conhecimento dos trabalhadores que compõem a força produtiva dentro do estado.

2.1- Componente da mão de obra sul-mato-grossense: os imigrantes

A mobilidade de trabalhadores para a região Centro-Oeste vem se expandindo em virtude das contratações no meio rural, impulsionadas pela expansão da fronteira agrícola que resultou nos altos níveis de crescimento econômico que vem elevando o poder de atração de imigrantes e o crescimento do comércio nessas regiões (CUNHA, 1999).

A participação da “relocalização industrial” que vem ocorrendo desde 1980 com as transferências de indústrias da região Sudeste para as demais regiões também gera mobilidade de trabalhadores para a região, visto que as empresas industriais veem em busca de menores custos de produção e incentivos fiscais concedidos pelos estados (NEGRI *et al*, 2006).

Esse processo migratório difere da imigração ocorrida na década de 1970, conforme afirma Jutell (2007), pois esse foi movido por imigrantes de baixa escolaridade, saídos da zona rural em busca de trabalho não qualificado. No entanto, o processo imigratório atual corresponde a trabalhadores qualificados que buscam melhores remunerações.

O estado de Mato Grosso do Sul tem sido um dos principais alvos da mobilidade de capital humano isso graças ao desenvolvimento das atividades ligadas à agropecuária e mais recentemente agroindústria.

Inicialmente a base da atividade econômica era a produção e exploração da erva mate que possibilitou a vinda de paraguaios para trabalhar dentro do Mato Grosso do Sul ao lado de indígenas que formavam o mercado de trabalho do estado. Com a implantação da Marcha para Oeste, no governo Vargas houve uma nacionalização da produção ervateira, que consequentemente causou a redução da produção realizada pela Companhia Mate Laranjeira, levando os trabalhadores a se moverem em direção as cidades que precisavam ser colonizadas e onde o próprio governo oferecia em troca recursos financeiros.

Assim como ocorreu com a Amazônia, o estado de Mato Grosso do Sul teve forte imigração de trabalhadores atraídos pela possibilidade de uma vida melhor. Dentre eles podem ser citados os japoneses que vieram ajudar na construção da ferrovia e permaneceram no estado, os mineiros atraídos para a atividade da pecuária e os gaúchos que viram no estado, um refúgio das turbulências do Rio Grande do Sul.

Apesar da imigração nordestina em Mato Grosso do Sul ter se intensificado em 1890, permanecendo até a década de 1930, foi com a Marcha para Oeste no governo Vargas que a mesma teve maior concentração principalmente na região centro-sul do estado. A imigração nordestina representava, em 2000, 5,3% do total das imigrações. Em 2010 essa participação caiu para 4,5% (IBGE, 2010).

De acordo com o Censo do IBGE (2010), a maior parte da imigração ocorre entre os estados da região Centro-Oeste e Sudeste, enquanto a região Norte tem uma modesta participação, apenas 0,54% da imigração para o estado é desta região. Nos dados abaixo é considerado o valor dos nascidos dentro do estado, por isso a participação da região Centro-Oeste é tão expressiva. Pode-se verificar o comportamento da imigração no estado, observando a tabela abaixo.

Tabela 1- Imigrantes para o Mato Grosso do Sul, comparação entre 2000 e 2010.

Região	Imigrante Censo 2000	Imigrante Censo 2010
Norte	8.384	12.174
Nordeste	108.797	108.556
Sul	164.012	174.872
Sudeste	256.259	267.411
Centro-Oeste	1.526.238	1.860.884
Total	2.063.690	2.423.897

Fonte: Elaboração própria com dados dos Censos 2000 e 2010/IBGE.

Segundo a Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD) de 2008, a região Centro-Oeste tem sido um dos principais polos de imigração, perdendo apenas para a região Sudeste. Isso se deve a situação economia que a região tem vivido, com desenvolvimento de novas atividades ligadas ao agronegócio, mas principalmente ao incentivo fiscal oferecido pelo governo para o desenvolvimento de novas atividades econômicas.

Atrair mão de obra de outros estados tem sido muito importante para o desempenho do mercado de trabalho de Mato Grosso do Sul, no entanto precisa saber se os trabalhadores que veem para o estado tendem a permanecer ou não. De acordo com o Índice de Eficácia Migratória estimado pelo IBGE (2009) o estado de Mato Grosso do Sul não possui uma eficácia nos processos migratórios, pois possui rotatividade, ou seja, os imigrantes ficam por um tempo e retornam para suas regiões.

Dentre os imigrantes da região sudeste, destaca-se a atuação dos paulistas, esses começaram a se deslocar para o estado a partir das primeiras expedições bandeirantes no século XVI e se tornaram mais frequentes no século XVII ocupando as regiões oeste, nordeste e centro do estado. No século XIX com o processo de colonização do estado muitos paulistas tornaram-se colonos e fundadores de cidades nas regiões leste e sudeste do estado, permanecendo esse fluxo migratório até os dias atuais (JUTELL, 2007).

Os imigrantes advindos da região sudeste, de acordo com o Censo 2000, correspondiam a 12,4% do total da migração para o estado, com maior participação do estado de São Paulo com cerca 202.562 trabalhadores vindos para o Mato Grosso do Sul. No Censo de 2010 essa participação caiu para 11%.

A imigração gaúcha no estado começou no final do século XIX, com a fundação de cidades no interior do estado, concentrando-se onde hoje se encontram as cidades de Ponta Porã, Bela Vista e Amambai. No decorrer do século XIX e XX essa imigração ocorreu de forma mais acelerada, principalmente na década de 1970 quando se estabeleceu uma onda de imigrantes do Rio Grande do Sul e Paraná com objetivos de desenvolver o estado baseando-se na cultura da soja na região centro-sul do estado, como a terra era barata eles vendiam suas terras no Rio Grande do Sul e compravam no Mato Grosso do Sul terrenos mais extensos (SIMON, 2009).

De acordo com Censo (2000) a participação dos gaúchos no mercado de trabalho sul-mato-grossense era de cerca de 1,8% do total de imigrantes do estado e o total de imigrantes da região sul do país correspondia a 8%. No censo de 2010 a participação sulista na migração para o Mato Grosso do Sul reduziu para 7%.

Nos anos de 1960, a cidade de Dourados sofreu um acelerado crescimento graças à imigração dos gaúchos, catarinenses e paranaenses. Os gaúchos desenvolveram um tratamento adequado ao solo que permitiu um maior aumento da área utilizada para plantações (SIMON, 2009).

Dentre os municípios com maior impacto da cultura gaúcha, está a cidade de São Gabriel do Oeste, que foi fundada na década de 1970. Sua base econômica é a produção agrícola, sendo a soja, o milho e o sorgo os principais produtos. O município é o maior produtor de soja e o segundo maior produtor de milho no estado e o principal produtor de sorgo no Brasil (SIMON, 2009).

A decisão de partir de sua terra para outras regiões em busca de melhores salários e condições de empregos são analisadas, de acordo com Ehrenberg e Smith (1994) por meio do modelo da mobilidade de capital humano. Nesse modelo a mobilidade voluntária do trabalhador é considerada um investimento, no qual os custos são suportados no início para que se possa ter retornos mais elevados ao longo prazo.

A teoria do capital humano prevê que as pessoas mudam de áreas em busca de melhores oportunidades que compensam os custos psicológicos e financeiros da mudança. De acordo com a teoria, as pessoas mudam de áreas onde os ganhos são relativamente menores para regiões onde as oportunidades são melhores.

Segundo Ehrenberg e Smith (1994) as características do local de origem não tem muita influência sobre a imigração, pois embora as pessoas mais pobres tenham alto incentivo para mudar, as áreas mais pobres tendem a ter pessoas com os níveis mais baixos de disponibilidade financeira, educação e qualificações, dificultando a mobilidade de capital humano.

A mobilidade tende a ser mais elevada entre os jovens e as pessoas de maior nível educacional. Quanto mais jovem a pessoa, maiores os retornos em investimento no capital humano e os custos psicológicos são menores em virtude dos vínculos com a comunidade serem recentes (EHRENBERG; SMITH, 1994).

Pode-se observar que os estados participantes desse processo migratório ocorrido no estado, apresentam características que reduziram os custos da mudança como: a localização próxima ao estado e a oferta de mão de obra mais qualificada do que a presente em algumas funções dentro do estado, tornando os rendimentos dos imigrantes maiores do que eles poderiam receber em seu local de origem.

Durante o processo migratório ocorrido no estado não foram apenas brasileiros que vieram em busca de melhores oportunidades. Pela sua localização geográfica o estado faz fronteira com diversos países facilitando a imigração de diversos estrangeiros e muitos deles foram contratados e passaram a fazer parte da mão de obra ocupada no estado.

Analisando os dados do RAIS no período de 2002 a 2012, sobre os vínculos ativos presentes entre imigrantes estrangeiros, pode-se observar que o estado de Mato Grosso do Sul possui uma grande participação de paraguaios, bolivianos e portugueses. Deve se ressaltar que a contratação de imigrantes é normatizada pelo Conselho Nacional de Imigração que é vinculado ao Ministério do trabalho e Emprego, justamente para controlar a imigração ilegal.

Dentre os estrangeiros a maior participação na mão de obra do estado fica por conta dos paraguaios, em média são cerca de 250 trabalhadores formalmente contratados por ano, logo em seguida vem à participação dos bolivianos com 45 vínculos ativos por ano, conforme se pode acompanhar na tabela abaixo.

Tabela 2 - Vínculos ativos de acordo com a nacionalidade de 2002 a 2012.

Nacionalidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	5	6	7	5	8	12	16	20	25	26	26
Boliviano	28	28	29	37	40	45	46	48	49	72	83
Chilena	5	7	5	8	9	8	9	9	11	12	13
Chinesa	2	4	4	4	2	3	3	7	8	19	19
Haitiano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8
Italiana	11	8	8	7	6	9	8	7	8	10	10
Japonesa	13	6	9	10	13	15	14	14	16	23	24
Norte-americana	4	3	2	2	1	1	1	3	1	5	6
Paraguaia	120	150	167	210	237	249	278	299	405	515	558
Portuguesa	29	26	35	37	27	35	27	30	41	50	63
Peruano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	10
Suíço	0	1	1	2	3	12	9	5	3	4	4
Uruguaia	5	5	8	6	4	7	7	8	10	12	14
Outras nacionalidades	114	119	119	134	133	132	137	138	177	166	171
Total	2.338	2.366	2.398	2.467	2.489	2.535	2.563	2.597	2.764	2.929	3.021

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

Segundo Andrade e Pereira (2009,) a imigração paraguaia ao mercado de trabalho sul-mato-grossense decorre do final do século XIX, onde as atividades extrativas da Companhia Mate Laranjeira eram realizadas com predominância da mão de obra paraguaia. Um dos fatores que justifica a grande participação dos paraguaios no estado, decorre da existência da fronteira seca que permite que os paraguaios venham para o estado em busca de melhores oportunidades.

Apesar da presença paraguaia não ter se estabelecido com incentivos governamentais e até mesmo sofrer restrições, não se pode negar a participação dos paraguaios no desenvolvimento do estado e sua contribuição para a cultura sul-mato-grossense.

A participação dos trabalhadores bolivianos também está presente no estado, entre 2002 a 2012, houve um aumento de 66,2% na quantidade de vínculos ativos. Esses trabalhadores imigram para o estado em busca de melhores condições de trabalho já que em seu país de origem as oportunidades são restritas.

Observando o desempenho das demais nacionalidades no decorrer do período, pode-se verificar o comportamento, em especial, dos haitianos no ano de 2012, visto que nesse ano houve uma imensa imigração vinda do Haiti ilegalmente para o Brasil, em busca de melhores condições de vida e conforme pode se observar o Mato Grosso do Sul também serviu de abrigo. De forma geral os haitianos acabam por desempenhar funções que exigem baixa qualificação, trabalhando na construção civil e na agricultura.

O processo migratório apresentado visou caracterizar a composição da mão de obra presente no estado, pois qualquer mudança política e macroeconômica em um desses países acabará refletindo no mercado de trabalho sul-mato-grossense, pois os países que já veem imigrando tenderão a aumentar a imigração e os com menores participações poderão recorrer ao estado.

2.2- Evolução dos estoques de emprego em Mato Grosso do Sul

Após a descrição da composição da mão de obra dentro do estado, pode se analisar o desenvolvimento do mercado de trabalho em relação aos empregos criados.

De 2002 a 2012 foram mais de 267.593 empregos formais criados, o que leva a um aumento de cerca de 43,35%. Esse resultado é fruto da abertura comercial que vem no país desde década de 1990 e também pelo desenvolvimento de outras atividades ligadas à agropecuária, como as agroindústrias que veem se instalando no estado desde 2005, por meio de programas de incentivos fiscais como o Programa MS Empreendedor e programas de créditos como Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A Tabela 3 busca apresentar a evolução do emprego dentro do estado, nos dez anos analisados, considerando em cada ano o estoque de emprego disponível em dezembro, esse mês foi escolhido em virtude de ser o período com maiores contratações, principalmente em virtude das contratações temporárias.

Tabela 3- Estoque de vínculos ativos no mês de dezembro de cada ano de 2002 a 2012.

Ano	Total de vínculos em estoques
2002	349.600
2003	365.242
2004	391.660
2005	419.197
2006	438.685
2007	472.170
2008	497.320
2009	523.507
2010	560.789
2011	597.968
2012	617.193

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

Segundos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) nos anos de 2002 a 2012, apresentados na Tabela 3, foram criados 267.593 empregos formais, sendo os anos de maior incremento em números de vínculos ativos o ano de 2007, pois esse apresenta um aumento de 7,1% no nível de emprego. Observando os valores apresentados tem-se que os anos de 2003, 2006 e 2012 apesar de apresentarem saldos positivos na criação de emprego, apresentaram um crescimento abaixo da média dos outros anos.

Em 2003 esse resultado ficou em torno de 4,3%, tal resultado pode ser explicado pela troca de presidente, já que o ano em questão foi o primeiro ano de governo da gestão petista, o que provocou algumas especulações com reflexos nas negociações internas e externas do país e conseqüentemente a economia como um todo acabou se mantendo em recessão.

Nos anos de 2008 e 2009 a taxa de criação de emprego ficou em torno de 5,1%, mantendo-se no mesmo patamar da taxa de criação média do período. Considerado um resultado positivo, visto que em 2008 com a ocorrência da crise mundial que afetou muitas das instituições no Brasil inteiro era esperado que houvesse uma grande redução no nível de emprego. Sendo assim o desempenho apresentado pelo mercado de trabalho demonstram que as estruturas econômicas do estado são bem diversificadas, conseguindo minimizar os impactos da crise na geração de empregos.

O ano de 2012 em especial, foi o ano de menor criação de vínculos empregatícios apenas 3,11% a mais do que no ano anterior, esse resultado pouco expressivo deve-se ao baixo resultado do Produto Interno Bruto (PIB) nacional no ano analisado, visto que o PIB de Mato Grosso do Sul apresenta 1,2% de participação no PIB nacional, sendo a 17ª economia

nacional conforme dados do IBGE (2012). A queda na produção industrial generalizada no país também influenciou esse desempenho mais tímido do mercado de trabalho sul-mato-grossense.

Nessa análise do mercado de trabalho não se deve desconsiderar o papel da sazonalidade que leva os resultados de alguns meses a valores negativos, reduzindo a capacidade de criação de emprego. Períodos como férias escolares, safra e entre safra, período de chuva são propícios para a redução da mão de obra. Nos últimos cinco anos foram perdidos em média 10.011 empregos por ano, em virtude da sazonalidade (CAGED, 2013).

A constituição de empresas no estado também aumentou significativamente durante o período analisado, indicando que os investimentos no estado vêm se multiplicando possibilitando maiores contratações. Entre 2002 a 2012 foram mais de 87 mil empresas constituídas dentre os diferentes setores produtivos. Os minérios de ferro encontrados em Corumbá e a produção agropecuária distribuída por muitos municípios do estado são fatores que chamam a atenção de investidores estrangeiros e nacionais, de acordo com a Junta Comercial do Mato Grosso do Sul (2013).

Os incentivos fiscais e creditícios fornecidos pelos governos federal e estadual para desenvolver uma economia mais competitiva influenciam de forma positiva na atração de capital externo e até mesmo de pequenas empresas originárias do estado que veem tendo maior incentivo para aumentar suas produções.

O programa MS Empreendedor fornece benefícios fiscais de até 67% do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) tanto para as novas indústrias quanto para as instaladas, pelo prazo de 15 anos prorrogável por igual período, conforme afirma a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e Turismo - SEPROTUR (2013).

Tem ainda os recursos do FCO garantido ao estado pela própria Constituição Federal que é direcionado tanto para as empresas quanto para os produtores rurais, tal iniciativa tende atrair não apenas mão de obra, mas também novos investimentos decorrentes desse incentivo fiscal, de forma geral o mercado de trabalho sendo incentivado aumenta a criação de empregos (SEPROTUR, 2013).

2.3- Participação feminina e diferenciação salarial entre gêneros

A feminização da força de trabalho surgiu inicialmente como alternativa para as empresas reduzirem seus custos com trabalhadores, visto que os salários eram mais baixos e sua qualificação não era determinante para o desempenho das atividades. Atualmente, o trabalho feminino tornou-se o mais indicado para atender as necessidades da competitividade imposta pela globalização, visto que hoje as mulheres contam com maior nível de educação formal, resultados das políticas de educação.

A participação feminina tende a se elevar ainda mais, visto que as mulheres vêm ocupando importantes cargos político-administrativos tanto no país como no exterior. Esse aumento da mão de obra feminina é observado na evolução do mercado de trabalho sul-mato-grossense, nos últimos anos a participação feminina passou de 38,3% em 2002 para 40,45% em 2012.

Entre 2002 a 2012, a participação da mão de obra feminina cresceu 46,3%, enquanto a participação masculina cresceu apenas 41,3%. As funções desempenhadas pelas mulheres ainda são de baixo comando, exercendo funções de auxílio e não na alta gestão das empresas, ou seja, está presente no mercado de trabalho sul-mato-grossense uma segmentação ocupacional sendo em muitos casos até mesmo discriminatórias, conforme pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4 - Nível de emprego em estoque por gênero no estado de Mato Grosso do Sul de 2002 a 2012.

Ano	Masculino	Feminino	Total
2002	215.695	133.905	349.600
2003	227.794	137.448	365.242
2004	244.699	146.961	391.660
2005	256.277	162.920	419.197
2006	266.770	171.915	438.685
2007	288.744	183.426	472.170
2008	299.382	197.938	497.320
2009	313.462	210.045	523.507
2010	333.610	227.179	560.789
2011	352.762	245.206	597.968
2012	367.510	249.683	617.193

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006h; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

Observando a Tabela 4, conclui-se que as mulheres ainda são minoria na composição da força de trabalho, no entanto, nos últimos anos essa participação aumentou consideravelmente.

Segundo Kon (2009), o aumento da mão de obra feminina vem refletindo a evolução de valores sociais e a modernização dos processos produtivos, aumentando divisão de tarefas entre os gêneros e até mesmo criando ocupações mais favoráveis às mulheres. A autora defende que a participação feminina se concentra nas atribuições de âmbito doméstico e no setor de serviços. Já a participação mais intensiva de homens ocorre nas atribuições que exigem trabalhos braçais e quando há a participação feminina nessas funções, os salários são inferiores.

As barreiras implícitas que impedem as mulheres de alcançar os patamares mais altos das empresas, é conhecido *glass ceiling* (teto de vidro) sendo bastante discutidas as causas desse fenômeno. Um modelo teórico criado por Becker (1957, *apud* COELHO, 2006) conhecido como discriminação por preferência, tem-se o empregador-discriminador que prefere contratar um homem a uma mulher, mesmo que esses tenham produtividade idêntica. Nesse modelo a discriminação é uma questão de gosto, e essa pode vir até mesmo de colegas de trabalho.

Há também o modelo de discriminação estatística proposto por Arrow (1972, *apud* COELHO, 2006), o modelo supõe que a produtividade não é totalmente observável pelo empregador e existe um pré-conceito de que as mulheres são menos produtivas do que os homens e como consequência os empregadores acabam contratando mais homens. Como resultado as mulheres que não iniciaram a vida profissional não são estimuladas a investir em sua formação.

Uma das consequências da segregação por gênero são as diferenças salariais, pois essas não são apenas influenciadas pelas características individuais, mas muitas vezes pelo gênero do trabalhador. Alguns autores consideram que a escolaridade é um fator determinante, além disso, é possível verificar diferenças salariais de acordo com a profissão escolhida, a idade, a experiência no mercado de trabalho e na empresa, entre outros.

Mesmo com aumento da participação feminina na força de trabalho, as mulheres ainda ganham menos do que os homens. Segundo Ehrenberg e Smith (1994) as mulheres são representadas, em sua maioria, em ocupações de baixos salários e sub-representadas nas de alta remuneração, sendo parte dessa desigualdade salarial resultado de diferentes distribuições ocupacionais.

Para conseguir uma alocação bem remunerada as mulheres precisam ter um diferencial em relação aos homens, como o nível de escolaridade mais alto, experiência na função, mais anos atuando no mercado para que possam ter um salário mais alto. Mesmo com a política para assegurar o mercado de trabalho da mulher, ainda se vê muita discriminação por gênero na hora da contratação.

Maldaner (2005) afirma que existem dois tipos de discriminação por gênero, a de cunho salarial quando os trabalhadores são igualmente produtivos, ocupam os mesmos postos de trabalho, mas os salários são diferentes e a discriminação alocativa, ou seja, são igualmente produtivos, mas possuem chances diferentes de ocupar postos de alta produtividade.

Nos parágrafos seguintes poderão ser observados os fatores que influenciam as diferenças salariais no mercado de trabalho sul-mato-grossense, inicialmente levantou-se as remunerações recebidas pelos trabalhadores para identificar se entre o período de 2002 a 2012 houve maior igualdade em relação aos salários pagos.

No período de 2002 a 2012 pode-se verificar que os salários pagos aos trabalhadores do sexo masculino são superiores a remuneração ofertada às mulheres, essa diferença de salários fica em torno de 9 a 13%. Sendo os maiores índices de desigualdade encontrados nos anos de 2003, 2011 e 2012. Conforme pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5- Remuneração média nominal (R\$) por gênero do trabalhador, no estado de Mato Grosso do Sul, entre 2002 a 2012.

Ano	Masculino	Feminino
2002	697,22	625,22
2003	752,15	654,17
2004	847,65	753,74
2005	932,19	846,79
2006	1073,56	959,39
2007	1101,21	991,21
2008	1268,68	1114,49
2009	1382,32	1234,58
2010	1519,61	1346,45
2011	1663,53	1451,95
2012	1712,27	1475,76

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

Na Tabela 5 pode ser verificada essa diferença salarial, já que em 2003 a remuneração da mão de obra feminina era 13,3% menor do que a masculina. Em 2010, 2011 e 2012 as diferenças salariais se encontram entre 11,39%, 12,71% e 13,8% respectivamente. Em 2002 a

diferença em termos monetários sobre as remunerações femininas e masculinas ficou em 10,32% para os homens se elevando para 13% em 2003.

As desigualdades salariais são justificadas por Ehrenberg e Smith (1994), como decorrentes das quantidades de horas trabalhadas e anos de experiência. Segundo os autores, os homens fazem mais horas semanais de trabalho numa média de 5 a 10%. Outro fator, é a presença de ganhos mais baixos para os recém-chegados na profissão e como os homens começam a trabalhar mais cedo, acabam por receber um salário mais alto.

O argumento apresentado por Ehrenberg e Smith (1994) é válido para a realidade do mercado de trabalho sul-mato-grossense. Analisando a quantidade de horas trabalhadas entre homens e mulheres, foi observado que os homens trabalham em média 22% a mais do que as mulheres em relação às horas de trabalho. Durante o período analisado, o ano de 2008 apresentou o maior índice de diferenças entre os gêneros, chegou a 23,54% em relação às horas de trabalho, conforme pode ser observado no Gráfico a seguir.

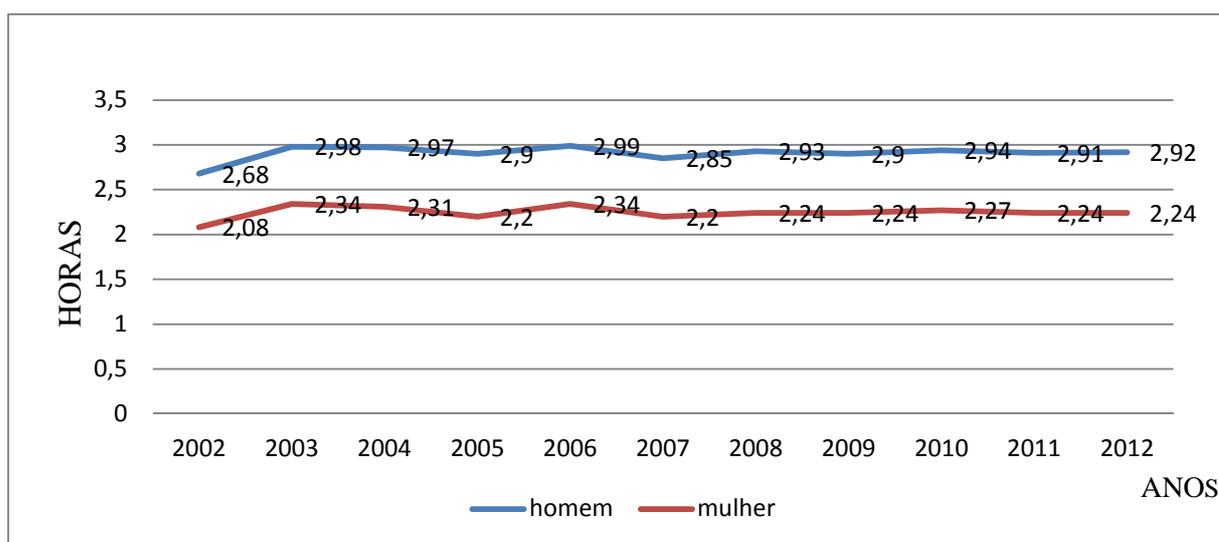


Gráfico 1- Média de horas trabalhadas por gênero no estado de Mato Grosso do Sul, de 2002 a 2012.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

As mulheres acabam tendo menor incentivo para melhorar suas atribuições profissionais, conforme Ehrenberg e Smith (1994) afirmaram, as mulheres recebem menos treinamento no emprego do que os homens e quando há a mesma quantidade, a qualidade do mesmo é inferior. Essa baixa qualidade pode decorrer do empregador por esse acreditar que as

funcionárias terão uma vida curta no emprego e reduzir os investimentos em treinamento ou se as funcionárias esperarem vida de trabalho menor tenderão a investir menos em seu próprio desenvolvimento profissional.

Observando o nível de instrução dos trabalhadores no Mato Grosso do Sul, as mulheres apresentaram maior grau de instrução do que os homens, dos 617.193 empregos formais apresentados em 2012, às mulheres representam 60% dos trabalhadores com ensino superior no estado (RAIS, 2012). Isso demonstra que as mulheres veem buscando se adaptar as inovações impostas pelo mercado de trabalho, enfrentando as jornadas adicionais objetivando melhores oportunidades e melhores retornos financeiros.

Para as empresas é fundamental a contratação de profissionais com nível superior para que maiores sejam as chances de vir a criar produtos e processos inovadores, pois o nível de instrução do trabalhador reflete o nível tecnológico das empresas. A diversidade de formações profissionais dentro da empresa aumentam as chances de sucesso na criação de novos produtos, quanto mais competitiva a empresa maior a exigência de qualificação de seus colaboradores (NEGRI *et al*, 2006).

O treinamento de trabalhadores também é importante para a capacitação de recursos humanos para a inovação de produtos e serviços. No Brasil o gasto com treinamento de mão de obra é pouco, em 2013 esse gasto chegou a 0,83% sobre o faturamento das empresas, enquanto nos Estados Unidos é de 1,1%. Os gastos com treinamento além de aumentar as perspectivas de permanência dos trabalhadores aumenta a possibilidade de inovação dos produtos da empresa (REVISTA T&D, 2014).

Apesar das mulheres apresentarem maior grau de instrução do que os homens, elas ainda sofrem com o desemprego. A taxa de desemprego é mais alta entre as mulheres do que entre os homens e mesmo quando consegue uma colocação bem remunerada, os salários decorrentes são inferiores do que os pagos para um homem exercer a função.

As diferenças salariais em relação ao grau de instrução e gênero são bastante significativas dentro do estado, de acordo com os dados do RAIS (2011) a mão de obra masculina é melhor remunerada do que a feminina, principalmente quando os trabalhadores possuem ensino superior completo, a diferença salarial corresponde a 36,8% maior para os homens. Os considerados analfabetos apresentam uma remuneração mais próxima independente de sexo, a diferença salarial é de apenas 12,6%.

Considerando o nível de escolaridade dos trabalhadores atuantes no estado, tem-se que o ensino médio completo é o grau de instrução predominante, seguido pelo ensino superior

completo conforme afirmam os dados do RAIS (2012). Em termos absolutos, dos 617.193 trabalhadores formais presentes no estado 239.583 possuem ensino médio completo e 103.013 completaram o ensino superior, indicando que mão de obra vem buscando se qualificar para tornar a economia mais produtiva e gerando uma espécie de estoque de capital humano produtivo.

Do total dos trabalhadores analfabetos em 2002, tem-se que 46% são do sexo feminino², o restando são trabalhadores masculinos, esses apresentam aumento na participação de trabalhadores analfabetos chegando a 87,5% em 2012. Já entre as mulheres há uma significativa redução passando para 22,3% em 2003 e 12,5 em 2012.

Na tabela abaixo é possível ver a alocação de trabalhadores conforme o grau de instrução, tomando como base os vínculos ativos em estoque.

Tabela 6-Total de vínculos ativos distribuídos pelo grau de instrução dos trabalhadores entre 2002 a 2012, no estado de Mato Grosso do Sul.

Grau de instrução	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Analfabeto	17.782	3.385	3.671	3.784	3.190	3.196	3.102	3.230	2.991	2.419	2.487
5ª incompleta	30.341	29.673	29.676	27.891	27.955	29.591	28.464	28.498	30.801	31.225	29.226
5ª completa	31.179	33.861	34.250	32.916	30.595	32.474	30.284	28.606	28.366	26.949	26.281
9ª incompleta	50.036	52.154	57.016	56.280	56.553	58.688	58.554	58.681	58.199	60.239	60.527
Fundamental completo	53.009	55.799	62.052	63.474	64.087	66.760	67.745	68.392	69.517	71.134	74.986
Médio incompleto	31.715	35.953	39.783	42.302	44.067	46.067	46.680	47.605	51.654	54.493	57.466
Médio completo	64.913	75.873	96.132	110.691	122.755	139.361	157.667	177.622	200.591	223.949	239.583
Superior incompleto	21.535	21.813	13.573	16.227	17.205	18.004	19.508	20.900	21.768	23.259	23.624
Superior completo	46.090	56.731	55.507	65.632	72.278	78.029	85.316	89.973	96.902	104.301	103.013
Total	346.600	365.242	391.660	419.197	438.685	472.170	497.320	523.507	560.789	597.968	617.193

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

Dentre os trabalhadores com ensino fundamental incompleto, a participação se concentra novamente entre os homens, dos 30.341 trabalhadores com ensino fundamental incompleto em 2002, 77,4% são homens.

² Verificar apêndices A e B está discriminado o grau de instrução por sexo.

A participação das mulheres com ensino fundamental incompleto é muito pequena, chegando apenas a 22,5% em 2012.

Outro argumento utilizado por Eherenber e Smith (1994) a respeito das diferenças salariais entre gênero é o fato dos homens começarem a trabalhar mais cedo do que as mulheres, o que os tornam mais experientes em algumas funções e conseqüentemente acabam por receber adicionais no salário. Tomando como base para justificar as diferenças salariais presentes no estado, a idade dos trabalhadores, verifica-se que a maioria dos primeiros empregos registrados pelo CAGED no período analisado, corresponde a trabalhadores entre 16 a 29 anos.

Considerando os vínculos ativos por faixa etária pode observar que, as contratações aumentaram bastante entre os trabalhadores com 30 a 39 anos, em 2002 eram cerca de 107.018, já em 2012 a participação passou para 185.597. Esse resultado indica que os trabalhadores estão entrando mais tarde no mercado de trabalho sul-mato-grossense, sendo resultado das melhorias dos índices de desenvolvimento como a taxa de expectativa de vida, conforme pode ser verificado na Tabela 7.

Tabela 7- Vínculos ativos no mês dezembro de cada ano, por idade e gênero dos trabalhadores no Mato Grosso do Sul.

Ano	De 10 a 15		De 16 a 29		De 30 a 39		De 40 a 49		De 50 a 64		De 65 ou mais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher								
2002	102	57	41366	25244	64301	42717	41496	31474	23007	12366	2078	304
2003	140	67	89878	26925	67208	42667	44526	31965	23927	12899	2110	409
2004	198	88	97666	29503	70443	44328	47984	34136	26354	14163	2051	395
2005	174	102	99210	31484	73480	48547	51756	38377	29412	16549	2245	491
2006	163	90	101364	30848	76924	51522	54248	40923	31821	18296	2247	462
2007	153	103	109625	32633	82838	54659	58471	42746	35200	20338	2455	529
2008	150	107	113277	34914	85400	59096	60627	45734	37744	22614	2543	574
2009	158	122	115856	36403	90622	63322	63467	48064	40596	24832	2763	710
2010	155	119	121490	40181	96553	68233	96553	51588	44667	27422	3081	849
2011	194	142	126149	43123	102777	74934	71278	55130	48794	29939	3564	981
2012	197	157	127999	44096	109240	76357	74469	56216	52089	31394	3786	1076
Total	1784	1154	1143880	375354	919786	626382	664875	421223	393611	230812	28923	6780

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

Considerando a Tabela 7 pode-se perceber que a partir de 2003, o número de trabalhadores com idade entre 10 a 15 anos sofreu um aumento considerável. Entre 2003 e

2002 aumentou em 23% a contratação de jovens, já entre 2003 e 2004 esse resultado é de 27,62%.

Tal resultado pode ser explicado pelas políticas de propagação dos jovens-aprendizes que possibilitou as empresas de médio e grande porte contratar menores de idade na condição de aprendiz.

A força de trabalho entre 16 a 29 anos também apresentou uma crescente participação no mercado de trabalho sul-mato-grossense, entre 2002 a 2012 o aumento de vínculos ativos chegou a um crescimento de 38,3%. Considerando de forma agregada, os trabalhadores entre 16 a 29 anos, formam a massa trabalhadora do estado, pois correspondem as pessoas que acabam de terminar o ensino médio e estão em busca do primeiro emprego ou já terminaram a faculdade e as especializações e buscam oportunidades já em sua área de atuação.

Analisando o gráfico abaixo e a tabela anterior, tem-se que participação feminina se torna bem inferior ao se comparar com as faixas etárias das minorias, ou seja, os trabalhadores entre 10 e 15 anos ou acima de 65 anos. Em 2002 a participação feminina de trabalhadoras com idade entre 10 a 15 era de 35,6%, ou seja, dos 159 trabalhadores pertencentes a essa faixa etária, apenas 57 eram mulheres. Já em 2012 essa participação passou para 44,4%, isto é, 157 trabalhadoras, isso demonstra que o mercado de trabalho está seguindo para um equilíbrio.

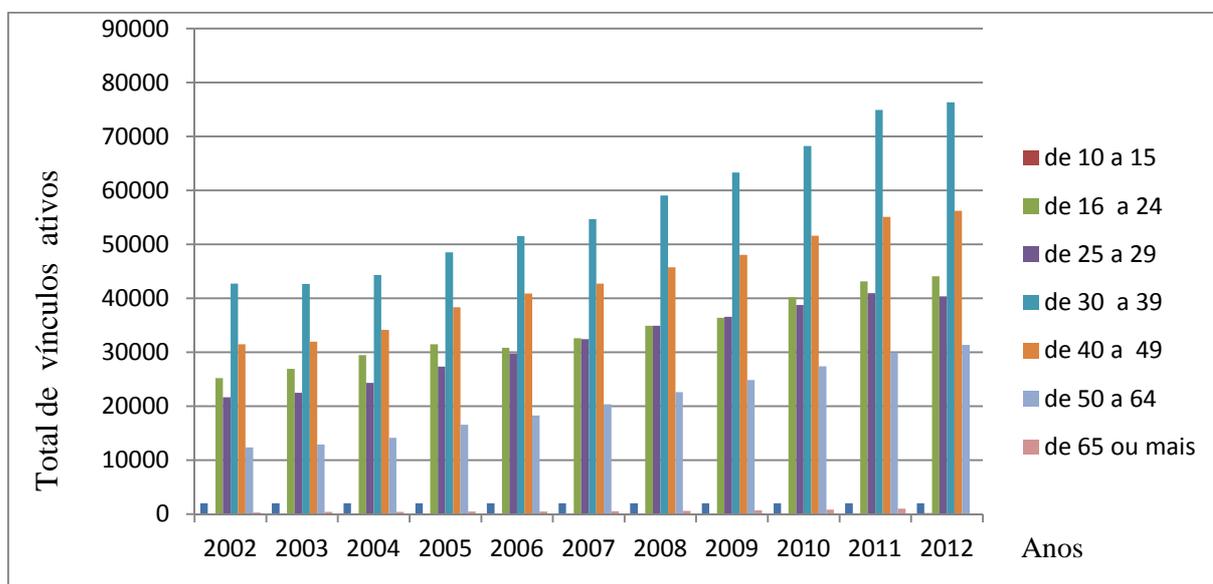


Gráfico 2-Mulheres com vínculos ativos, de 2002 a 2012 separadas por faixa etária em Mato Grosso do Sul.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

As trabalhadoras com mais de 65 anos correspondiam em 2002 a 12,8% dos vínculos dessa faixa etária, já em 2012 passou para 22,2%. Esses resultados demonstram que as mulheres acabam entrando no mercado de trabalho mais tarde do que os homens e também tendem a permanecer nele por menor tempo, mesmo com a elevação dos índices de expectativa de vida.

Os trabalhadores do sexo masculino apresentam uma participação entre os trabalhadores com menos de 16 anos e com mais de 65, maior em relação às trabalhadoras. O gráfico abaixo demonstra o comportamento dos trabalhadores do sexo masculino de acordo com a idade do trabalhador.

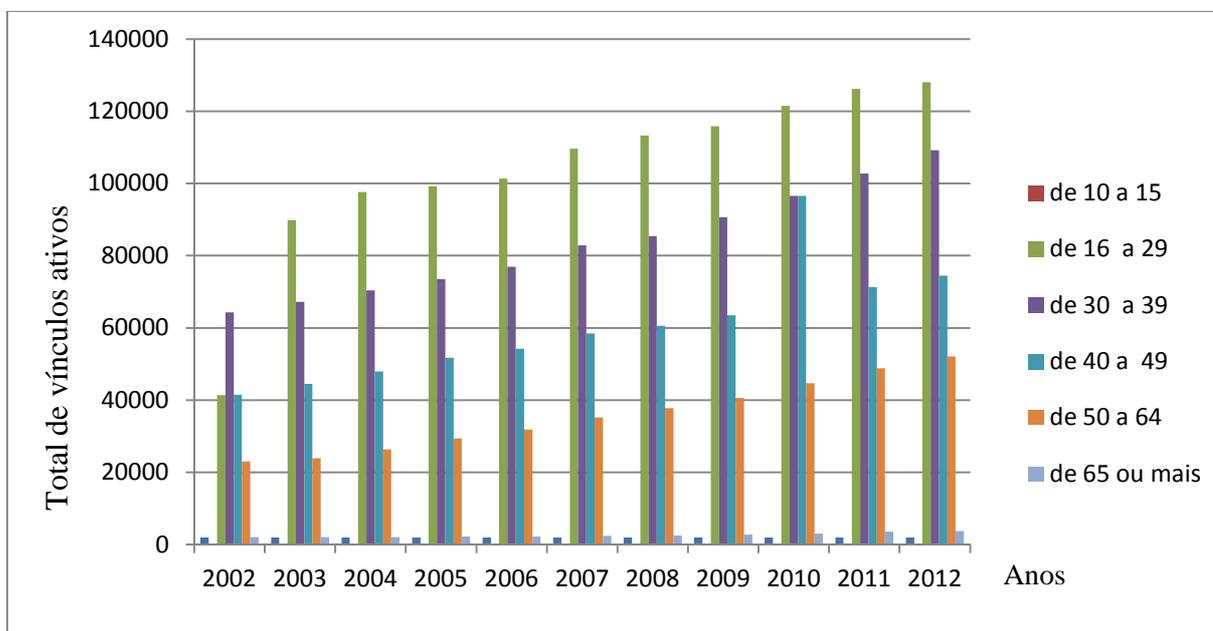


Gráfico 3-Trabalhadores do sexo masculino, com vínculos ativos, de 2002 a 2012 separados por faixa etária em Mato Grosso do Sul.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

De acordo com o Gráfico 3, em 2002 a grande massa de trabalhadores do sexo masculino apresentavam idade entre 30 a 39 anos. A partir de 2003, observa-se que a mão de obra torna-se maior entre os trabalhadores homens que se encontram na faixa de etária de 16 a 29 anos, seguidos pelos trabalhadores com 30 a 39 anos.

Observando os dados do RAIS entre 2002 a 2012 pode se perceber que em relação à permanência no emprego, os trabalhadores sul-mato-grossenses possuem uma alta permanência dentro do mesmo emprego.

O resultado apresentado demonstra que os trabalhadores estão criando um vínculo maior com as empresas, isso pode decorrer de políticas implantadas nas próprias organizações para manter os trabalhadores qualificados, reduzindo o custo de treinamento específico e de novas contratações. Como o custo de contratação, de capacitação e de treinamento é caro, as empresas tendem a conceder aumento salarial e melhores condições de trabalho para manter o trabalhador qualificado dentro do seu quadro de pessoal, reduzindo a rotatividade dentro da empresa. Conforme pode ser verificado na Tabela 9.

Tabela 8- Tempo médio de emprego (em meses) no Mato Grosso do Sul de 2002 a 2012, por gênero do trabalhador.

Ano	Até 11,9		De 12 a 23,9		De 24 a 59,9		De 60 ou mais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
2002	5,9	6,3	18,5	18,9	38,8	39,9	142,8	152,9
2003	5,8	5,5	18,2	18,4	39,1	39,4	139,4	148,7
2004	5,7	5,9	18,2	18,2	39,4	40,3	143	152,6
2005	6	6,4	18,1	18,2	39	37,7	148,7	151,4
2006	5,8	6,2	18,4	18,7	39,4	39	151,9	156,8
2007	5,5	5,7	18,2	18,4	39,6	40,5	144,7	149,6
2008	5,7	6	18,1	18,2	39,7	39,9	145,3	144,9
2009	5,7	6	18,1	18,3	36,6	33,9	143,5	146,5
2010	5,6	5,7	18,1	18,4	38,5	36,7	143,9	147,7
2011	5,6	5,8	18,2	18,2	40,4	38,2	145,2	147,7
2012	5,7	5,95	18,2	18,35	39,25	39,25	142,8	149,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

Dentro do estado o tempo médio de emprego é 60 meses ou mais, conforme indica a tabela acima, logo depois se vê que os trabalhadores com mais tempo são de 39 meses que correspondem a cerca de 3 anos e 2 meses na mesma empresa, os trabalhadores 1 ano e meio de empresa vem em seguida, e por últimos tem se os trabalhadores que ficam média 6 meses na mesma empresa.

Levando-se em conta o tempo de permanência no emprego por gênero dos trabalhadores no estado, chegou-se a conclusão que a permanência no mesmo emprego tende a ser maior entre as mulheres.

Entre 2002 a 2012 a média de tempo num mesmo emprego ficou entre 152,9 meses, ou seja, 12 anos e 7 meses em 2002, caindo para 149,15 meses em 2012, isto é 12 anos e 4 meses. Enquanto os homens ficam entre 142,8 meses ou 12 anos em 2002, mantendo-se em 2012.

A elevada permanência do trabalhador sul-mato-grossense decorre da melhoria da qualidade dos empregos conquistada por meio de garantias contratuais como limite de jornada de trabalho, férias, previdência social, salário mínimo com reajuste anual, fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS). Esse último trás uma vantagem especial para o trabalhador que se mantém por um bom tempo no mesmo emprego já que vem sendo utilizado como uma ferramenta para o financiamento de imóveis.

Apesar da média de permanência no emprego não possuir uma diferença tão intensa, tal resultado pode ser consequência da aceitação por parte da mulher de emprego, com baixa qualidade, com remuneração inferior que as tornam um fator produtivo mais barato para as empresas que tendem a incentivar sua permanência.

Essa permanência maior por parte das mulheres é justificado pelo custo de oportunidade que elas têm, já que as mulheres tendem a valorizar a estabilidade que o emprego traz, sendo então melhor permanecer no emprego atual onde já se sabe como realizar as funções rotineiras, do que sair em busca de novos desafios, mesmo que esses lhe tragam uma remuneração maior (PROBST; RAMOS, 2003).

Não só os salários tendem a influenciar o tempo de trabalho, muitos trabalhadores preferem uma empresa que forneça um salário base mais baixo e que tenha benefícios extrasalariais como: plano médico e odontológico para o trabalhador e sua família, vale refeição, vale transporte, dentre outros benefícios.

E para a empresa a perda de um trabalhador treinado pode ser prejudicial, pois por mais que ela contrate alguém com experiência, durante alguns meses, o trabalhador ainda sentirá, em termo de produtividade, a falta de costume ou adaptação com o cotidiano da instituição.

Considerando o que foi apresentado no presente capítulo, pode-se concluir que o mercado de trabalho sul-mato-grossense é composto por trabalhadores de diferentes nacionalidades, sendo a principal, além da brasileira, a paraguaia. A mão de obra predominante é de homens, esses ganham rendimentos superiores aos das mulheres, mesmo sendo essas mais escolarizadas e mais estáveis no emprego.

CAPÍTULO 3- ANÁLISE DO FLUXO BRUTO DE EMPREGO EM MATO GROSSO DO SUL

Neste capítulo será realizada a análise de fluxo bruto de emprego por meio das medidas de criação e destruição de emprego, que servirão de base para identificar a taxa de realocação bruta, o resultado dessa permite descrever o potencial alocativo da força produtiva dentro do estado.

As taxas de criação, destruição e realocação serão identificadas, primeiramente, de acordo com os setores produtivos e depois sobre a ótica das principais cidades do estado e por fim será realizada a análise por tamanho de estabelecimento para que assim possam ser alcançados os objetivos propostos.

O desenvolvimento dos setores produtivos em Mato Grosso do Sul contou com vários instrumentos de planejamento e fortalecimento econômico, como por exemplo, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), que integrou as atividades econômicas do estado à dinâmica industrial do Sudeste, graças aos programas de criação de polos de desenvolvimento formulados pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) (BOURGELAT *et al*, 2008).

O enfoque até então, encontrava-se na difusão do consumo industrial junto aos setores agrícolas. Durante as décadas de 1970 e 1980 houve a necessidade de inovação e conhecimento para o aproveitamento de terras não agricultáveis. No período de 1982 a 1985, a economia sul -mato -grossense estava crescendo bem acima da média nacional, enquanto no Brasil o crescimento do PIB era de apenas 1,57% ao ano, no estado era de 5,48% ao ano (BOURGELAT *et al*, 2008).

De acordo com Bourgelat *et al* (2008), a estrutura produtiva do estado durante o período de 2001 a 2005 ,dependia primeiramente dos setores de comércio e serviços. Baseando-se nisso buscou levantar a participação de cada setor produtivo na alocação dos empregos dentro do estado. Os setores produtivos estão divididos em: extrativa mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, serviços, administração pública e atividades agropecuárias, incluindo nessa última a pesca e extração vegetal.

3.1 – Evolução do emprego e análise da taxa de rotatividade por setores

Durante o período de 2002 a 2012, observou-se que o setor com maior participação na criação de empregos é o setor de serviços. Em 2002, tal setor apresentava 80.196 vínculos ativos, já em 2012 essa participação passou para 176.980, implicando numa variação líquida de 96.784 postos de trabalho. O setor de comércio vem logo em seguida, com 120.900 vínculos ativos em 2012, representando um acréscimo de 59.536 postos de trabalho em relação a 2002.

Esse desempenho do setor de serviços é explicado por Negri *et al* (2006) como característico de países em desenvolvimento, como o Brasil. Nesses países estão ocorrendo mudanças estruturais na produção, onde o setor de serviços acaba exercendo uma atividade de suporte à produção industrial e conseqüentemente ocorre o processo de terceirização, ou seja, funções de limpeza, manutenção e comercialização acabam sendo desenvolvidas por empresas especializadas e não mais pela empresa industrial gerando mais emprego e renda.

No Gráfico abaixo é possível verificar a evolução do emprego nos diferentes setores de atividade econômica, durante o período de 2002 a 2012.

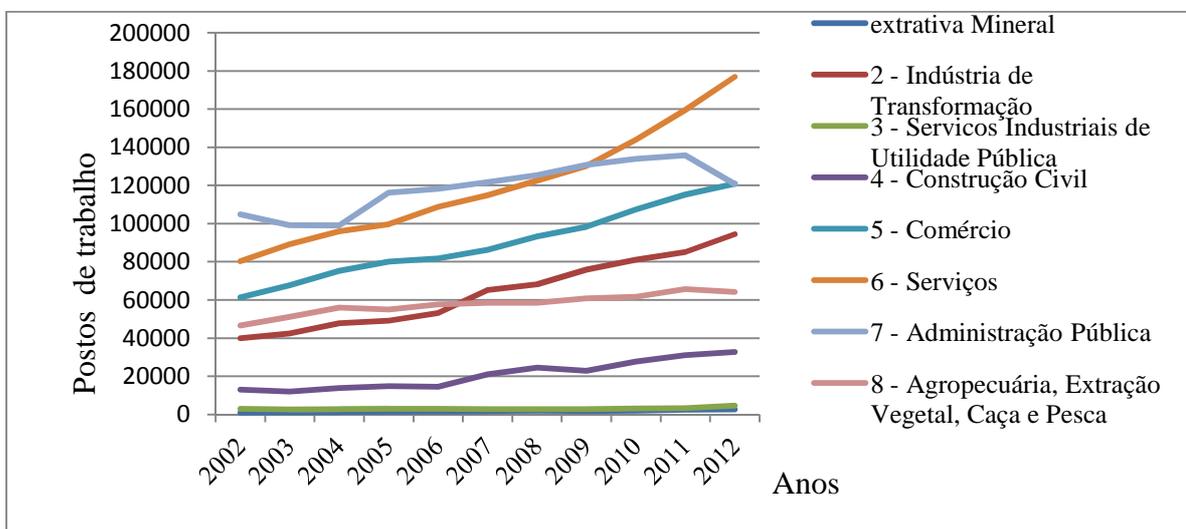


Gráfico 4 - Evolução do emprego por setores econômicos de 2002 a 2012, em Mato Grosso do Sul.

Fonte³: Elaboração própria com dados do RAIS/MTE (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

³ Verificar apêndice C.

Considerando as informações apresentadas pelo Gráfico 4, percebe-se que de modo geral os setores apresentaram uma crescente participação na criação de empregos, a exceção fica por conta do setor de administração pública que apresenta uma queda nos anos de 2003 e 2004, justificados pela mudança de liderança política ocorrida em 2003. Estando o governo em fase de adaptação, isso reduziu a contratação por concurso público e também provocou a exoneração dos trabalhadores contratados em cargos de comissão do governo anterior.

A partir de 2005, a administração pública cria empregos de forma ascendente, tornando-se uma marca do governo federal, com a abertura de vários concursos públicos nas diferentes esferas da administração e dos demais poderes. O desempenho desse setor em 2012 é o reflexo do desempenho do mercado de trabalho brasileiro que ficou bem abaixo do esperado, o mesmo ocorre no setor de agropecuária.

Os setores menos expressivos são o extrativo mineral e os serviços industriais de utilidade pública, que durante o período analisado apresentaram um crescimento menor do que os demais.

Considerando o desempenho dos setores produtivos durante o período analisado, tem que se levar em conta participação das empresas que fazem parte desses setores. Entre 2002 a 2012, de acordo com a Junta Comercial do Mato Grosso do Sul (Jucems), foram criados 74.174 estabelecimentos, a maior parte advinda para o setor de comércio e serviços. O gráfico abaixo demonstra a evolução dos postos de trabalho por setores.

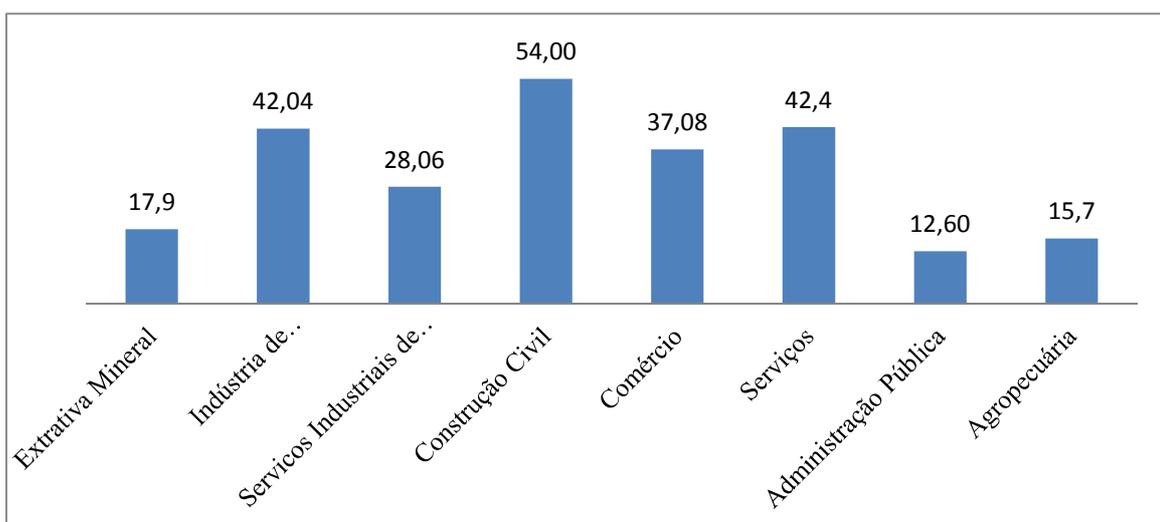


Gráfico 5-Evolução dos postos de trabalho em Mato Grosso do Sul, saldo de estoque em (%).

Fonte: Elaboração própria com dados do RAIS/MTE (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

Os setores com maior evolução na criação de postos de trabalho são a construção civil, com aumento de 54%, seguida pelo setor de serviços com 42,4%, à indústria de transformação também teve um aumento na criação de empregos, de 2002 a 2012 aumentou em 42,04%.

Setores como o comércio, serviços industriais de utilidade pública, extrativa mineral, agropecuária, obtiveram um desempenho positivo, entre 42,4% e 15,7%. O pior desempenho, apesar de positivo, ficou no setor de administração pública, com um crescimento de apenas 12,6%.

Fazendo uma relação entre o nível de emprego por setor produtivo e vínculos em cada estabelecimento por setor, nota-se que a pesar do setor de serviços ser o maior empregador durante o período analisado, o setor com maior aumento nos postos de trabalho foi o setor de construção civil. Tal resultado é significativo, pois demonstra a força de geração de emprego que o setor de construção civil tem e que vem ganhando força com os subsídios do governo para financiamento imobiliário.

Outro setor que chama a atenção é a extrativa mineral, pois seu desempenho na criação de empregos é bem modesto, conforme pode ser visto no Gráfico 4, mas a participação dos estabelecimentos na alocação de trabalhadores durante o período analisado apresentou um significativo crescimento, conforme se observa na Tabela 9.

Tabela 9- Total de vínculos ativos por estabelecimento de cada setor em Mato Grosso do Sul de 2002 a 2012.

Ano	Extrativa Mineral	Ind. Transformação	SIUP ⁴	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
2002	87	2126	141	1226	13013	10064	242	16133	43032
2003	83	2274	134	1196	13908	10497	255	16741	45088
2004	116	2400	144	1225	14721	11.154	251	17585	47596
2005	118	2469	161	1159	15391	11452	257	17629	48636
2006	125	2585	159	1160	15581	11902	253	18153	49918
2007	127	2658	128	1308	15969	12483	261	18124	51058
2008	129	2809	121	1692	16766	13316	255	18403	53491
2009	113	2970	143	1897	17572	14392	261	18652	56000
2010	100	3160	150	2065	18885	15271	267	19017	58915
2011	105	3461	177	2376	19950	16544	268	19202	62083
2012	106	3651	196	2661	20685	17477	277	19144	64197

Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

⁴ Refere-se aos serviços industriais de utilidades públicas.

Em 2009 e 2010, o setor de extrativa mineral apresentou uma redução nas firmas do setor, ocorrendo em 2010 a perda de 13 postos de trabalho. Os setores de indústria de transformação, comércio e serviços foram setores que durante o período analisado só apresentaram aumento de firmas, sendo o setor de comércio o setor com maior capacidade de criar e manter estabelecimentos em atividade, em 2002 eram 13.013 estabelecimentos já em 2012 o total de estabelecimento do setor aumentou em 37,1%.

O setor de indústria de transformação teve uma constante evolução de estabelecimentos com vínculos ativos passando de 2.126 em 2002 para 3.651 em 2012, um aumento de 41,76%. O setor de indústria de transformação é composto pelas atividades industriais que transformam matéria-prima em produto final acabado, conforme afirma a Federação das Indústrias do Mato Grosso do Sul (2013).

A transformação da cana de açúcar em bioenergia também corresponde a umas das atividades da indústria de transformação. Nos últimos anos o estado tem apresentado uma expansão nas atividades sucroalcooleiras que vem fomentando a criação de empregos.

As atividades do setor de serviços industriais de utilidade pública apresentaram durante o período em análise, um comportamento de crescimento linear até 2005, no ano seguinte é verificado uma redução de vínculos ativos nesse setor. A tendência ao aumento de vínculos ativos é retomada em 2009, permanecendo até 2012 onde foram mantidos 196 estabelecimentos, com vínculos ativos.

Os estabelecimentos com vínculos ativos decorrentes da construção civil tiveram durante o período de 2002 a 2012, uma evolução de 54%. No entanto, esse desempenho não ocorreu de forma crescente em todos os períodos, pois conforme pode se observar na Tabela 9, nos anos de 2002 a 2005 os vínculos por estabelecimento apresentaram um movimento oscilatório, com aumento e reduções de estabelecimentos.

Durante o período, o setor de serviços apresentou uma evolução crescente no número de estabelecimentos com vínculos ativos, em 2002 eram 10.064 estabelecimentos criadores de empregos formais, já em 2012 esse número passou para 17.477, ou seja, um crescimento de 42,4%.

Tal setor é responsável por 67,5% do PIB estadual e responsável por 28,67% dos empregos formais criados em 2012. Em 2009 dos 523.507 empregados registrados no estado 130.229 eram pertencentes ao setor de serviços e 31,6% das empresas registradas no estado eram pertencentes a esse setor, de acordo com Serviço Brasileiro de Apoio às micro e pequenas empresas- SEBRAE (2011).

Após a análise dos dados de empregos por setores é necessário saber se os empregos criados tem gerado uma estabilidade aos empregados e empregadores, ou seja, se os trabalhadores conseguem se manter no mesmo emprego por um bom período. Para isso será necessário analisar a taxa de rotatividade, pois é ela quem indica a percentagem do número de trabalhadores substituído por outro no total de trabalhadores.

De acordo com o IBGE (2013) a taxa de rotatividade é a razão mínima entre admitidos e demitidos, sobre o número total de pessoas assalariadas, no mês imediatamente anterior, multiplicado por 100. Conforme a equação abaixo:

$$T_{XR} = \frac{\text{Min.n}^\circ \text{ de demissões ou admissões}}{\text{n}^\circ \text{vínculos totais}} \times 100 \quad (1)$$

O Ministério do Trabalho e Emprego (2011) caracteriza o fenômeno da rotatividade como sendo o processo de entrada e saída de pessoas no mercado de trabalho. A alta rotatividade acaba por limitar a produtividade, o investimento em formação profissional e se torna um indicador de empregos precários ou subempregos.

Na Tabela 10 são relacionadas às taxas de rotatividade em cada setor durante o período de 2002 a 2012. O setor que apresenta maior taxa de rotatividade é o setor de construção civil, em 2002 a taxa de rotatividade se encontrava em torno 5,3% passando em 2007 para 6,74%, tal setor apresenta uma rotatividade com sazonalidade, ou seja, em determinados períodos a taxa é bem mais elevado do que em outros.

Tabela 10- Taxa de rotatividade nos setores produtivos de Mato Grosso do Sul de 2002 a 2012, em (%).

Ano	Extrativa Mineral	Ind. Transformação	SIUP	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
2002	1,33	3,29	1,31	5,3	4,31	2,8	0,05	2,74	21,13
2003	2,32	2,75	0,78	3,31	3,52	2,29	0,77	2,68	18,42
2004	2	3,14	1,01	3,91	3,78	3	2,41	2,91	22,19
2005	1,46	3,14	0,77	5,99	3,44	2,75	0,06	1,69	19,3
2006	2,11	3,11	2,46	5,47	3,46	2,34	0,1	2,25	21,3
2007	1,87	4,22	0,95	6,74	3,19	2,73	0,5	2,54	22,74
2008	0,98	3	0,51	4,87	3,72	2,67	0,45	2,29	18,49
2009	0,99	3,03	0,78	4,58	3,91	3,53	0,22	2,73	19,77
2010	1,33	3,48	1,31	5,3	4,3	2,76	0,12	3,23	21,83
2011	1,68	2,99	1,52	5,47	4,44	2,95	0,05	2,5	21,6
2012	0,2	3,6	0,6	5,01	4,32	2,8	0	2,74	19,27

Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

A taxa de rotatividade apresentada pela construção civil decorre das particularidades presentes no setor que exigem mobilidade de recursos num curto período de tempo, das dificuldades na previsão das obras e na fragmentação do trabalho. A mão de obra é o insumo que acaba tendo maior concentração para a produtividade do setor (SCHIMIDT, 2011).

Durante o período de 2002 a 2012 a taxa de permanência no emprego ficou em torno de 1 ano e meio no setor da construção civil, o que explica a alta rotatividade do setor. A indústria de transformação e o comércio também apresentaram taxas baixa de permanência no trabalho ficando, em ambos os setores, em torno de 2 anos e 2 meses.

O setor que apresenta menor taxa de rotatividade é a administração pública, em 2002 a taxa de rotatividade era de 0,05% passando para 2,41% em 2004, se mantendo em torno de zero nos demais períodos. Tal resultado decorre das políticas motivacionais que são estabelecidas na administração pública, como a estabilidade concedida aos servidores de cargos efetivos e as diversas licenças e gratificações disponibilizadas para os servidores.

A taxa de rotatividade presente no estado é maior em relação às taxas do Brasil e da região Centro-Oeste, no período em análise. Em 2003 a taxa de rotatividade por setores no Brasil ficou em torno de 17% enquanto no estado alcançou 21,14%. Logo, pode-se dizer que o estado apresenta uma alta taxa de rotatividade representando um grande problema para o trabalhador que acaba possuindo uma grande insegurança quanto ao contrato de trabalho e para o próprio empregador que possui custos elevados ao contratar e treinar um novo funcionário (MTE, 2012).

A insegurança proveniente das elevadas taxas de rotatividade diz respeito às condições de trabalho em relação ao rebaixamento salarial, à formação profissional, pois representa a interdição da aprendizagem e do exercício em algumas ocupações. Do lado do empregador a alta rotatividade eleva o custo do processo de seleção, de treinamento e avaliação para substituir um empregado desligado, conforme afirma o Departamento de Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos-DIEESE (2011).

Taxas elevadas de rotatividade também afetam os recursos públicos, pois boa parte dos investimentos em infraestrutura urbana e em capacidade física produtiva decorrem de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e nos fundos de seguro desemprego. A utilização em grande escala desses recursos, provenientes de desligamentos, onera os recursos públicos (DIEESE, 2011).

A elevada taxa de rotatividade resulta em baixo tempo médio de emprego, o setor com maior taxa de permanência no emprego é o setor de serviços industriais de utilidade pública, seguido pela administração pública.

No estado de Mato Grosso do Sul os trabalhadores do setor de serviços industriais de utilidade pública permanecem em média por dez anos em seus empregos, enquanto os da administração pública ficam por sete anos e meio na função.

De acordo com Camargo (1976 *apud* DIEESE, 2011) a elevação das taxas de rotatividade é resultado de decisões tomadas pelo empregador, pois essas taxas são mais elevadas em empresas que possuem maior proporção de trabalhadores com baixa escolaridade e nas empresas de menor porte. O autor ainda afirma que quando há diminuição da atividade econômica e do nível de emprego, as taxas de rotatividade diminuem.

Após essa breve descrição do mercado de trabalho no Mato Grosso do Sul, será feita análise setorial de empregos criados e destruídos, além das taxas de realocação que serão de suma importância para saber o potencial criador de empregos e de realocação de força produtiva.

3.2-Criação e destruição de emprego por setores produtivos em Mato Grosso do Sul

As análises de taxa de rotatividade, criação e destruição bruta de emprego e taxas de realocação servem para identificar a capacidade de realocar recursos na economia do estado. Como a taxa de rotatividade presente no estado é alta, isso indica que há uma flexibilidade na economia do estado, sendo benéfica em relação a reajuste da estrutura produtiva, mas demonstram que há possibilidade de subempregos dentro da economia, ou seja, empregos de menor qualidade, sem estabilidade para o trabalhador e até mesmo em atividades insalubres ou perigosas.

Considerando o desempenho do mercado de trabalho sul-mato-grossense entre 2002 a 2012, buscou-se analisar a fluxo bruto de emprego dentro do estado utilizando a *Job Criation* (JC) como medida de taxa de criação bruta de emprego. Inicialmente calculou-se o número de empregos criados, em cada setor, de modo líquido de acordo com a seguinte equação:

$$\Delta n_{it} = n_{it} - n_{it-1} \quad (2)$$

O valor de Δn_{it} é o número de empregos em estoque no ano t menos o número de empregos no período $t-1$. Assim, entre 2002 e 2003 o nível de emprego de modo líquido no setor extrativo mineral se deu na forma de destruição de 4 postos de trabalho, já no ano seguinte foi possível verificar a criação de 33 novos postos de trabalho.

Em 2008 e 2009, o setor de extrativa mineral apresentou uma destruição nos postos de trabalho, ocorrendo em 2009 a perda de 80 postos de trabalho. Os setores de indústria de transformação, comércio e serviços foram setores que durante o período analisado só apresentaram criação de postos de trabalho, sendo o setor de serviços o maior criador de empregos, já que durante o período analisado teve um aumento de 48,7% nos postos de trabalho.

A construção civil é um dos setores que apresenta um desempenho oscilatório, pois em 2002 apresenta um estoque positivo de emprego que se elevou em 2003. Nos anos de 2004 e 2005 há uma bruta redução de empregos no setor, que se repete em 2008, 2009 e 2012, sem apresentar destruição de emprego. Conforme pode ser observado na Tabela 11.

Tabela 11 - Variação de emprego no estado de Mato Grosso do Sul, de 2002 a 2012.

Ano	Extrativa Mineral	Ind. Transformação	SIUP	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Δnit (2003-2002)	171	2461	286	929	6351	8951	-5643	4566	18072
Δnit (2004-2002)	144	5386	153	1779	7573	6842	-251	4792	26418
Δnit (2005-2004)	186	1309	150	1098	4785	3.743	17286	1020	29577
Δnit (2006-2005)	222	4046	101	348	1656	8946	2053	2812	20184
Δnit (2007-2006)	254	12116	266	6493	4524	6189	3465	3291	36598
Δnit (2008-2007)	43	2873	67	3528	7061	7761	3701	116	25150
Δnit (2009-2008)	-80	7721	9	1747	5036	7601	5301	2346	29681
Δnit (2010-2009)	76	5245	196	4908	9062	13781	3208	806	37282
Δnit (2011-2010)	473	4009	314	3389	7798	15504	1780	3912	37179
Δnit (2012-2011)	267	9367	1312	1551	5690	17466	-15025	-1403	19225

Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

O setor de serviços industriais de utilidade pública apresentou grande variação no período em análise, com movimentos oscilatórios, contudo tal setor chama a atenção pelo desempenho de 2012, pois ao contrário dos demais setores, apresenta um estoque líquido bem acima do que os apresentados nos anos anteriores.

A administração pública apresentou o pior desempenho em relação aos demais setores, pois durante os anos de 2002, 2003 e 2012, o estoque líquido de emprego foi negativo, indicando que houve redução de postos de trabalho. As atividades agropecuárias apresentam

no decorrer do período estoques positivo, a exceção fica por conta do ano de 2012, como ocorreu em muitos setores.

A taxa de criação bruta calculada nesse trabalho utilizou os dados de estabelecimentos com vínculos ativos em cada setor produtivo, dados esses disponíveis pelo próprio RAIS. A variável Δ_{vit} fora calculada na Tabela 11, o E_t foi estimado utilizando a média dos dados de cada ano disponível na tabela 3, e multiplicando o resultado por 100.

A JC_T tem como objetivo identificar a capacidade que os setores produtivos têm de criar empregos, contribuindo para a determinação do nível de alocação de trabalhadores no mercado de trabalho. Essas duas variáveis fornecem subsídio para a compreensão da flexibilidade do mercado de trabalho, ou seja, se a força produtiva disponível está sendo efetivamente contratada.

Na Tabela 12 é relacionada à taxa de criação bruta em cada setor produtivo presente na economia sul-mato-grossense, a estimação de tal taxa contou com uma limitação de fonte devido a falta de informações disponíveis sobre a entrada e saída de trabalhadores em cada empresa. Assim, foi necessário utilizar os vínculos ativos presentes em cada setor e disponível pelo Ministério do Trabalho Emprego.

Tabela 12- Taxa de criação bruta de emprego em Mato Grosso do Sul de 2002 a 2012.

JCT/Ano	Extrativa Mineral	Ind. Transformação	SIUP	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
JCT (2003-2002)	0,048	0,689	0,08	0,26	1,77	2,504	-1,579	1,277	5,049
JCT (2004-2002)	0,038	1,423	0,04	0,47	2,001	1,808	-0,066	1,266	6,98
JCT (2005-2004)	0,046	0,323	0,037	0,271	1,18	0,92	4,264	0,252	7,296
JCT (2006-2005)	0,052	0,943	0,024	0,081	0,386	2,086	0,479	0,656	4,707
JCT (2007-2006)	0,056	2,66	0,058	1,426	0,993	1,359	0,761	0,723	8,036
JCT (2008-2007)	0,009	0,593	0,014	0,728	1,457	1,601	0,763	0,024	5,189
JCT (2009-2008)	-0,016	1,513	0,002	0,342	0,987	1,489	1,039	0,46	5,816
JCT (2010-2009)	0,014	0,967	0,036	0,905	1,671	2,542	0,592	0,149	6,876
JCT (2011-2010)	0,082	0,692	0,054	0,585	1,346	2,676	0,307	0,675	6,417
JCT (2012-2011)	0,044	1,542	0,216	0,255	0,937	2,875	-2,473	-0,231	3,165

Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

Os setores de comércio, serviços e atividades agropecuárias apresentam uma taxa de criação bruta de emprego acima de 1% no ano de 2002, enquanto os demais setores não apresentaram resultados significativos. O setor de serviços é o que apresenta as melhores taxas de criação de empregos, isso indica que tal setor é o propulsor do mercado de trabalho sul-mato-grossense, seguido pelo setor de comércio e de atividades agropecuárias.

Entre os anos de 2002 a 2012 a taxa de criação bruta de emprego no setor de comércio ficou em torno de 1,77% em 2002, caindo para 0,93% em 2012. Indicando que 2012 houve uma redução da capacidade de geração de emprego dentro do estado. O setor de serviços também apresentou uma boa taxa de criação de emprego, com exceção do ano de 2005, onde a taxa de criação bruta de emprego ficou em torno de 0,92%, nos demais períodos analisados a taxa se encontra entre 2,87%, com movimento oscilatório.

Apesar dos demais setores serem importantes para a economia, não apresentam uma contribuição tão significativa, mantendo uma participação secundária. Sendo o setor de extrativa mineral e de serviços industriais de utilidade pública os setores com menor potencial criador de empregos.

A taxa de criação bruta alcançou em 2002 o total de 5,06%, passando para 6,98% em 2003, apresentando uma elevação significativa na criação de empregos. No entanto, os anos de 2006 e 2012 a taxa de criação ficou em torno de 4,70% e 3,16%, respectivamente. Esse último ano citado chama a atenção já que os anos anteriores a ele a taxa de criação bruta apresentada era alta, ficando em torno de 5%.

As altas taxas de criação de empregos em determinados setores, contribuem para que sejam pesquisadas novas políticas para manter o ritmo de criação, ao passo que os setores com menor criação bruta de emprego passam a ser visto como uma fonte de pesquisa para identificar os fatores que levam a sua redução de empregos. O desempenho das taxas de criação nos demais estados do Centro-Oeste pode ser acompanhado na Tabela 13.

Tabela 13 - Taxa de criação de emprego nos demais estados do Centro-Oeste.

JCT/Ano	Unidades Federativas			
	MS	MT	GO	DF
JCT (2003-2002)	5,05	8,81	5,66	-0,38
JCT (2004-2002)	6,98	13,2	5,38	5,32
JCT (2005-2004)	7,29	3,63	7,93	4,26
JCT (2006-2005)	4,7	5,14	4,94	2,78
JCT (2007-2006)	8,03	9,81	6,67	2,98
JCT (2008-2007)	5,18	3,25	6,7	5,79
JCT (2009-2008)	5,81	5,26	6,33	5,93
JCT (2010-2009)	6,87	5,33	8,27	3,47
JCT (2011-2010)	6,41	7,73	5,3	5,05
JCT (2012-2011)	3,16	4,83	4,57	2,11

Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

O desempenho do estado de Mato Grosso do Sul não é muito diferente dos demais estados do Centro-Oeste, no período de 2002 a 2012 a taxa de criação bruta ficou em torno de 3 a 8% no estado, enquanto no estado de Mato Grosso, no mesmo período, a taxa de criação bruta ficou em torno 3 a 13%, o estado de Goiás apresentou resultados em torno de 4 a 8%. O estado com menor criação bruta de emprego foi o Distrito Federal, apresentando 6% como taxa máxima de criação de emprego, durante o período analisado, conforme a tabela acima.

Na Tabela 12 também pode ser visto os setores que reduziram sua capacidade de criação de emprego, conhecido como taxa bruta de destruição (JD_t). Entre 2002 a 2012, alguns setores apresentaram a taxa de destruição bruta de emprego é caso do setor de administração pública entre 2002 a 2003 há destruição de empregos e não criação. De modo geral a taxa de destruição bruta de emprego encontrada nos setores produtivos do estado foram insignificativas, já que todas ficaram em torno de 1%.

Pela taxa de criação líquida pode se perceber que os setores de serviço, comércio e atividades agropecuárias, realmente criam emprego de forma diferenciada dos demais. A taxa de criação dos outros setores é muito pequena o que leva a crer que há uma tendência na alocação de trabalhadores em funções diferentes do que propriamente criação de novos postos. Assim, analisou-se as taxas de alocação conforme pode ser visto na Tabela 14.

Tabela 14 - Taxa de realocação bruta de postos de trabalho em Mato Grosso do Sul, por setores produtivos, durante o período de 2002 a 2012.

Gjrt/Ano	Extrativa Mineral	Ind. Transformação	SIUP	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Gjrt (2003-2002)	0,05	0,69	0,08	0,26	1,77	2,50	0,00	1,27	6,62
Gjrt (2004-2002)	0,04	1,42	0,04	0,47	2,00	1,81	0,00	1,26	7,04
Gjrt (2005-2004)	0,05	0,32	0,04	0,27	1,18	0,92	4,26	0,25	7,30
Gjrt (2006-2005)	0,05	0,94	0,02	0,08	0,39	2,09	0,48	0,66	4,71
Gjrt (2007-2006)	0,06	2,66	0,06	1,43	0,99	1,36	0,76	0,72	8,04
Gjrt (2008-2007)	0,01	0,59	0,01	0,73	1,46	1,60	0,76	0,02	5,19
Gjrt (2009-2008)	0,00	1,51	0,00	0,34	0,99	1,49	1,04	0,46	5,83
Gjrt (2010-2009)	0,01	0,97	0,04	0,91	1,67	2,54	0,59	0,15	6,88
Gjrt (2011-2010)	0,08	0,69	0,05	0,59	1,46	2,68	0,31	0,68	6,53
Gjrt (2012-2011)	0,04	1,54	0,22	0,26	0,94	5,35	-2,24	-0,23	5,87

Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

Analisando os resultados encontrados nas Tabelas 13 e 14, chegou-se a conclusão que o estado de Mato Grosso do Sul possui uma forte realocação de empregos em detrimento de uma criação bruta de empregos em seus setores produtivos. Durante o todo período analisado a taxa de realocação se apresentou superior à taxa de criação bruta, em 2012 a diferença entre as duas se mostra mais explícita do que nos demais períodos.

A taxa de realocação indica que o mercado de trabalho sul-mato-grossense ainda é pouco flexível e tende a sofrer dificuldades em momentos de crise ou recessão econômica. De acordo com a Tabela 14 entre os anos de 2002 a 2012, a taxa de realocação ficou na média de 5,74%, ou seja, apenas 5,74% dos estabelecimentos conseguem realocar os trabalhadores em diferentes funções.

Dentre os setores a taxa de realocação é maior nos setores de serviços onde a média para o período em análise foi 1,94 %, o setor de comércio apresentou uma média de 1,26 %, enquanto a indústria de transformação apresentou uma taxa de alocação de 0,95%, os demais setores apresentaram taxas próximas de zero e por isso não são significativos para a análise, conforme pode ser observado na Tabela 14.

Os resultados encontrados em Mato Grosso do Sul demonstraram que o estado apresentou uma taxa de realocação maior do que a de criação bruta, o mesmo é encontrado nos demais estados da região Centro-Oeste, principalmente no Mato Grosso onde a taxa de criação bruta ficou no ano de 2012, em torno de 4,84%, mas a taxa de realocação, no mesmo período, fechou em 4,89%, conforme a Tabela 15.

Tabela 15- Taxa de realocação nos demais estado da região Centro-Oeste.

Ano	Unidades Federativas			
	MS	MT	GO	DF
Gjrt (2003-2002)	6,53	8,81	5,76	1,74
Gjrt (2004-2002)	7,04	13,2	6,39	5,38
Gjrt (2005-2004)	7,29	4,88	7,91	4,26
Gjrt (2006-2005)	4,71	5,14	5,01	3,59
Gjrt (2007-2006)	8,03	9,81	6,61	5,82
Gjrt (2008-2007)	5,18	6,77	6,72	5,92
Gjrt (2009-2008)	5,83	5,26	6,33	4,31
Gjrt (2010-2009)	6,87	5,38	8,31	5,14
Gjrt (2011-2010)	6,41	7,73	5,95	2,46
Gjrt (2012-2011)	5,86	4,89	5,65	4,29

Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

Na Tabela acima verifica-se que o estado de Mato Grosso possui a maior taxa de realocação durante o período analisado, enquanto em 2002 a taxa do Distrito Federal era de 1,74, no Mato Grosso era de 8,81 e em Mato Grosso do Sul 6,53.

Considerando os dados apresentados percebe que o estado de Mato Grosso possui maior flexibilidade do que os demais e logo em seguida vem o estado de Mato Grosso do Sul.

3.3- Análise de criação e destruição de empregos entre as principais cidades do estado de Mato Grosso do Sul

Após analisar as taxas de criação e alocação bruta por setores, será verificado se o resultado encontrado é o mesmo no caso das principais cidades sul-mato-grossense, ou seja, se a taxa de realocação é maior do que a taxa de criação bruta.

As principais cidades do estado e utilizadas nesse trabalho serão: Campo Grande, Dourados e Três Lagoas. A escolha dessas cidades decorre de serem as mais importantes para a economia do estado, tendo a maior participação no PIB, na criação de emprego e no desenvolvimento do estado.

A cidade de Campo Grande, a capital do estado, apresentou entre 2002 a 2012 uma variação de emprego 36%. Entre os anos de 2002 a 2006, o saldo entre admitidos e demitidos era positivo, a partir de 2007 verifica-se uma redução nas contratações e um aumento nas demissões, tomando como base para análise o mês de dezembro de cada ano.

De acordo com a Tabela 16, pode se verificar que entre 2003 e 2002 houve uma destruição de emprego, com redução de 1.022 postos de trabalho.

Tabela 16- Nível de emprego em Campo Grande.

Ano	Vínculos ativos	Admitidos	Demitidos
2002	170.479	3.979	370
2003	169.457	10.968	420
2004	179.488	5.025	642
2005	196.839	5.551	538
2006	205.060	19.225	9.925
2007	215.858	7.219	10.459
2008	228.090	5.905	11.787
2009	237.113	7.368	10.780
2010	253.488	7.692	12.162
2011	267.145	8.373	13.975
2012	265.828	9.220	15.860

Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

O número de admitidos em Campo Grande, apresentou uma elevação no ano de 2006 chegando a 19.225, no mês de dezembro, nos demais períodos observa-se que a quantidade de admitidos no mês de dezembro ficou entre 3 e 10 mil. Segundos dados da Fundação Social do Trabalho de Campo Grande (FUNSAT, 2013), o principal empregador dentro do município é o setor de serviços, seguido pelo comércio e a construção civil.

A segunda cidade a ser analisada é também a segunda maior cidade do estado, Dourados aos 78 anos de existência vem evoluindo em termos de geração de emprego e renda. Durante o período em análise, Dourados apresentou uma ascendência na criação de emprego, no entanto o nível de demissões durante os meses de dezembro do período analisado foram maiores do que as admissões.

Observando os dados da Tabela 17 pode se perceber que dos 26.118 trabalhadores ativos em dezembro de 2002, cerca de 2,65% foram admitidos em dezembro, em contrapartida nesse mesmo período 8,55% foram demitidos.

Tabela 17- Nível de emprego em Dourados.

Ano	Vínculos ativos	Admitidos	Demitidos
2002	26.118	694	2.234
2003	29.028	857	1.857
2004	31.418	1.091	2.449
2005	32.545	851	2.382
2006	33.896	2.283	2.127
2007	36.565	1.091	2.778
2008	41.151	1.469	3.343
2009	44.922	1.881	3.370
2010	47.747	1.619	3.570
2011	56.542	2.952	3.770
2012	59.565	2.003	3.122

Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

Em 2012 é verificada uma aproximação em relação aos admitidos e demitidos, já que 3,36% foram admitidos em dezembro e 5,24% foram demitidos nesse período. Acompanhando a evolução do mercado de trabalho douradense, verifica-se uma ascendência no número de vínculos ativos. Nos períodos corresponde a 2002, 2003 e 2005 observa-se um potencial reduzido para admissões no mês de dezembro e em contrapartida as demissões nesses períodos foram elevadas.

Em 2002 as demissões no mês de dezembro foram 69% maiores do que as admissões, no ano de 2003 caíram para 54% e em 2005 a diferença entre demitidos e admitidos foram 64,3% superiores para os demitidos. O ano de 2006 é o que apresenta o melhor desempenho do período, pois há um aumento 7% de admitidos em relação aos demitidos, o que não corre nos demais, conforme pode ser observado na Tabela 17.

A terceira cidade a ser analisada é o município de Três Lagoas, essa cidade vem ganhando visibilidade nos últimos anos em decorrência dos investimentos no âmbito industrial, que vem gerando emprego e renda no município.

Durante o período de 2002 a 2012, a cidade de Três Lagoas apresentou uma ascensão no nível de emprego, em 2002 o município contava com 13.539 vínculos ativos em seu estoque de empregos, já em 2012 foi verificado um crescimento de 65%. Em relação ao admitidos e demitidos, durante o período em análise verificou-se uma tendência a demissão maior do que a admissão. Pode se observar a evolução de empregos de acordo com a Tabela 18.

Tabela 18- Nível de emprego em Três Lagoas.

Ano	Vínculos ativos	Admitidos	Demitidos
2002	13.549	616	1.226
2003	14.895	545	938
2004	16.425	656	1.595
2005	17.076	700	1.166
2006	17.427	1.314	1.617
2007	23.280	2.195	1.829
2008	24.681	1.265	3.760
2009	24.091	1.053	1.818
2010	28.395	1.578	2.613
2011	31.871	2.343	3.521
2012	38.498	2.323	4.136

Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

Em 2002 foram admitidos 616 trabalhadores no mês de dezembro, no entanto o número de demitidos foi 49,7% maior, caindo para 42% em 2003 e subindo para 59% em 2004. O ano com maior variação entre admitidos e demitidos, encontra-se em 2008, ano em que a quantidade de demitidos foi 66,35% maior do que os admitidos. O melhor desempenho do mercado de trabalho no município esteve presente em 2007 onde a taxa de admitidos 16,6% maior do que os demitidos.

Considerando o desempenho do nível de emprego nas três cidades apresentadas verifica-se que a cidade de Dourados foi a que apresentou melhor desempenho, pois como pode ser observado na Tabela 18, o desempenho dos trabalhadores ativos se mantém crescente e as diferenças entre admitidos e demitidos, em dezembro de cada ano se apresentam menores do que nas demais cidades.

Após essa breve análise do nível de emprego é necessário verificar qual o potencial gerador de cada cidade ao que diz respeito à criação bruta de emprego. Na Tabela 19 apresenta-se a variação líquida de emprego em cada cidade, que servirá de subsídio para o cálculo posterior das taxas de criação bruta (JCT) de cada cidade analisada.

Tabela 19- Variação líquida de emprego (Δnit) nas principais cidades do Mato Grosso do Sul.

Ano	Campo Grande	Dourados	Três Lagoas	Total
Δnit (2003-2002)	-1.022	2.910	1.346	3.234
Δnit (2004-2002)	10.031	2.390	1.530	13.951
Δnit (2005-2004)	17.351	1.127	651	19.129
Δnit (2006-2005)	8.221	1.351	351	9.923
Δnit (2007-2006)	10.798	2.669	5.853	19.320
Δnit (2008-2007)	12.232	4.586	1.401	18.219
Δnit (2009-2008)	9.023	3.771	-590	12.204
Δnit (2010-2009)	16.375	2.825	4.304	23.504
Δnit (2011-2010)	13.657	8.795	3.476	25.928
Δnit (2012-2011)	-1.317	3.023	6.627	8.333

Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

De acordo com a Tabela 19, verifica-se que dentre as principais cidades do estado, a capital Campo Grande foi a que apresentou pior desempenho, já que durante os períodos de 2003 e 2012, houve uma redução de postos de trabalho bem significativa, reflexo da redução da capacidade produtiva que atingiu o país inteiro e impactou o mercado de trabalho, com a redução de vagas. De 2004 a 2011 houve uma variação líquida positiva bastante significativa fechando 2011 com o aumento de 13.657 postos de trabalho em relação a 2010.

As cidades de Três Lagoas e Dourados conseguiram lidar bem com a redução de investimentos em diversos setores que ocorreu em 2012, apresentando até mesmo estoques de emprego superiores, aos períodos anteriores. A cidade de Três Lagoas teve uma redução de postos de trabalho em 2009, perfeitamente explicado pela crise de 2008 que afetou a atividade econômica da região, que tem seu foco principalmente em atividades industriais.

Em 2003 a variação líquida de emprego em Três Lagoas era de 1.346 postos de trabalho passando para uma redução de 590 em 2009 e fechando 2012 com um aumento de 79,6% sobre os vínculos de 2002. A cidade de Dourados, durante todo o período analisado, foi a única que apresentou variações positivas em todo o período. Em 2002 a variação líquida de emprego era de 2.910 vínculos ativos e em 2011 apresentou a maior variação com 8.795 vínculos e em 2012 caiu para 3.023 trabalhadores em efetivo exercício.

Após verificar a variação líquida de emprego, tem-se a questão da criação bruta a ser analisada, na Tabela 20 são levantadas as taxas de criação bruta de emprego em cada cidade utilizada para análise.

Tabela 20- Criação bruta de emprego (JCT) nas principais cidades do Mato Grosso do Sul.

JCT/ano	Campo Grande	Dourados	Três Lagoas	Total	Média
JCT (2003-2002)	-0,61	10,55	9,46	19,4	9,46
JCT (2004-2002)	5,74	7,9	9,77	23,41	7,9
JCT (2005-2004)	9,22	3,52	3,88	16,62	3,88
JCT (2006-2005)	4,09	4,06	2,03	10,18	4,06
JCT (2007-2006)	5,13	7,57	28,75	41,45	7,57
JCT (2008-2007)	5,51	11,8	5,84	23,15	5,84
JCT (2009-2008)	3,87	8,76	-2,41	10,22	3,87
JCT (2010-2009)	6,67	6,09	16,41	29,17	6,67
JCT (2011-2010)	5,24	16,86	11,53	33,63	11,53
JCT (2012-2011)	-0,49	5,2	18,83	23,54	5,2

Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

Dentre as cidades apresentadas a maior criadora de emprego é Três Lagoas, pois durante todo o período apresentou elevadas taxas de criação bruta, alcançou em 2002 uma criação bruta de 9,46%, em 2011 chegou a 11,53% e em 2012 fechou com 18,84%. O maior destaque em criação emprego foi no ano de 2007 onde a taxa bruta ficou em torno de 28,75%. O município também apresentou destruição de emprego conforme pode ser visto no ano de 2009, onde a taxa de destruição bruta de emprego ficou em 2,42%.

A segunda cidade em criação bruta de emprego é Dourados, durante 2002 a 2012 apresentou uma taxa média de criação bruta em torno de 7,74%. Os períodos com maior criação bruta foram 2003, 2006, 2008, 2009 e 2011, nesses anos citados a taxa de criação bruta apresentada em Dourados foi superior a de Três Lagoas. Como pode-se observar na Tabela 20.

Durante o período em análise a taxa média de criação de emprego em Campo Grande, ficou em torno de 5,19%, a menor em relação aos três municípios analisados. No ano de 2003 a taxa de criação bruta de emprego foi negativa em Campo grande, indicando uma destruição bruta de 0,61%, o mesmo ocorreu em 2012 onde a taxa de destruição foi de 0,50%.

Em 2004 o desempenho do mercado de trabalho campo-grandense apresentou uma taxa de criação bruta superior às demais presentes nos outros municípios, enquanto em Dourados e Três Lagoas a taxa ficou próxima 3,5%, em Campo Grande era de 9,2%.

Para medir a capacidade alocativa do mercado de trabalho dessas cidades foi calculada a taxa de realocação bruta, descrita na Tabela 21. A taxa de realocação é interdependente das taxas de criação e destruição, essa última é de suma importância para quantificar o potencial do mercado de trabalho já que quanto maior a taxa de destruição maior será a taxa de realocação.

Tabela 21- Taxa de realocação (Gjrt) nas principais cidades do Mato Grosso do Sul, em %.

Gjrt/ano	Campo Grande	Dourados	Três Lagoas	Total	Média
Gjrt (2003-2002)	0	10,5	9,64	20,14	9,64
Gjrt (2004-2002)	5,7	7,9	9,77	23,37	7,9
Gjrt (2005-2004)	9,22	3,52	3,88	16,62	3,88
Gjrt (2006-2005)	4,09	4,06	2,03	10,18	4,06
Gjrt (2007-2006)	5,13	7,57	28,75	41,45	7,57
Gjrt (2008-2007)	5,51	11,8	5,84	23,15	5,84
Gjrt (2009-2008)	3,87	8,76	0	12,63	3,87
Gjrt (2010-2009)	6,67	6,09	16,41	29,17	6,67
Gjrt (2011-2010)	5,24	16,86	11,53	33,63	11,53
Gjrt (2012-2011)	0	5,2	18,83	24,03	5,2

Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

De acordo com a Tabela 21 pode-se observar que em 2002 e 2012 as taxas de realocação no município de Campo Grande foi de 0%, indicando uma falta de flexibilidade no mercado de trabalho já que nesses períodos houve uma destruição de empregos sem permitir que os trabalhadores migrassem para outros postos de trabalho.

O mesmo processo citado acima ocorre com a cidade de Três Lagoas no ano de 2009, houve destruição de emprego sem a realocação de trabalhadores. Apesar disso, Três Lagoas é o município com melhores taxas de realocação durante o período em análise a taxa média se encontrou em 9,62%, ou seja, dos trabalhadores disponíveis 9,62% conseguem se realocar no mercado de trabalho.

O município de Dourados apresentou em todos os períodos taxas positivas de realocação, sendo a mais alta em 2011 quando atinge 16,86%. Esse desempenho do município indica que há uma flexibilidade na alocação da mão de obra, e por sua vez um dinamismo nas atividades econômicas do município.

3.4-Criação e destruição de empregos por tamanho de estabelecimentos

A mesma análise de criação e destruição será realizada entre o tamanho dos estabelecimentos, para que se possa verificar qual o porte de empresas é responsável por maior criação de emprego. A variação de emprego durante o período de análise se deu conforme a Tabela 22.

Tabela 22-Taxa de variação de emprego (Δnit) por tamanho do estabelecimento, de acordo com o número de trabalhadores, no estado de Mato Grosso do Sul.

Ano	1 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais	Total
Δnit (2003-2002)	2.828	2.934	2.067	4.512	2.050	-324	2.485	1.212	-2.122	15.642
Δnit (2004-2002)	2.501	2.688	3.040	3.112	2.553	677	4.864	-2.637	9.620	26.418
Δnit (2005-2004)	1.732	1.195	1139	1.803	1938	-673	5172	6782	8.449	27.537
Δnit (2006-2005)	667	1.106	2169	-248	1083	2.476	692	2890	8.653	19.488
Δnit (2007-2006)	1.653	1.660	1.377	3.730	1.692	3.825	1.538	5.931	12.079	33.485
Δnit (2008-2007)	2.070	2.832	3.815	3.787	2.181	5.727	-1.420	-1.978	8.136	25.150
Δnit (2009-2008)	2.777	1.992	2190	2.692	2.329	-960	-874	9.756	6.285	26.187
Δnit (2010-2009)	3.022	3.941	2.964	6.539	3.105	5.021	6.701	-1.431	7.420	37.282
Δnit (2011-2010)	3.048	3.828	3.838	3.475	5.023	284	3.933	1.349	12.401	37.179
Δnit (2012-2011)	2.627	2.975	2.498	3.554	833	3.773	4.027	1.001	-2.063	19.225

Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

De acordo com a Tabela 22 pode-se perceber que as maiores variações de emprego, durante o período analisado, estão nas empresas com mais de 1000 empregados, essas também apresentaram destruição de emprego nos períodos de 2003 e 2012.

Em 2003 foram cerca de 2.122 postos de trabalhos eliminados nas empresas com mais de 1000 empregados e 2012 esse número caiu para 2.063. Logo após vem as empresas com 20a 49 empregados, em 2003 essas tinham 4.512 vínculos ativos, perdendo 248 postos de trabalho em 2006 e fechando 2012 com 3.554 empregados contratados.

Dentre o tamanho de estabelecimento, as empresas com 100 a 249 empregados foram as que menos contrataram apresentando em certos períodos destruição de emprego como

ocorre em 2003, 2005 e 2009. As empresas com 1 a 19 trabalhadores, apesar de não apresentarem uma variação tão alta, não apresentaram destruição de emprego.

Analisando a taxa de criação bruta de emprego pelo tamanho dos estabelecimentos, nota-se que os estabelecimentos com mais de 1000 empregados apresentaram em média uma criação bruta de emprego de 1,8%, durante o período analisado. Em 2002 esses estabelecimentos apresentaram uma destruição bruta de emprego de 0,59%, passando para uma criação ascendente até 2011, em 2012 a taxa de destruição ficou em 0,34%. Conforme pode ser observado na Tabela 23.

Tabela 23-Taxa de criação de emprego (JCT) por tamanho do estabelecimento, de acordo com o número de trabalhadores, no estado de Mato Grosso do Sul.

JCT/Ano	1 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais	Total
JCT (2003-2002)	0,79	0,82	0,57	1,26	0,57	-0,09	0,69	0,34	-0,59	4,95
JCT (2004-2002)	0,66	0,71	0,80	0,82	0,67	0,17	1,28	-0,69	2,54	4,42
JCT (2005-2004)	0,42	0,29	0,28	0,44	0,47	-0,16	1,27	1,67	2,08	4,68
JCT (2006-2005)	0,15	0,25	0,50	-0,06	0,25	0,57	0,16	0,67	2,01	2,49
JCT (2007-2006)	0,36	0,36	0,30	0,81	0,37	0,84	0,33	1,30	2,65	4,67
JCT (2008-2007)	0,42	0,58	0,78	0,78	0,45	1,18	-0,29	-0,41	1,67	3,49
JCT (2009-2008)	0,54	0,39	0,42	0,52	0,45	-0,18	-0,17	1,91	1,23	3,88
JCT (2010-2009)	0,55	0,72	0,54	1,20	0,57	0,92	1,23	-0,26	1,36	5,47
JCT (2011-2010)	0,52	0,66	0,66	0,60	0,86	0,04	0,67	0,23	2,14	4,24
JCT (2012-2011)	0,43	0,49	0,41	0,58	0,13	0,62	0,66	0,16	-0,34	3,48

Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

As firmas com 20 a 49 empregados tiveram um criação bruta de 0,69%. A menor taxa de criação bruta encontra nos estabelecimentos com 500 a 999 trabalhadores, nesses estabelecimentos a taxa de criação ficou com média de 0,28%.

As melhores taxas de criação bruta de emprego se encontram em 2004, onde a média de criação bruta, considerando todos os estabelecimentos, ficou em 0,71% apresentando destruição apenas nos estabelecimentos com 500 a 999 empregados. Em 2007 ocorreu o inverso, houve a menor taxa de criação bruta, apenas 0,37%.

As taxas de destruição foram significativas, principalmente para os estabelecimentos com 500 a 999 empregados, nesses estabelecimentos houve três períodos com destruição de postos de trabalho, são eles 2004, 2008 e 2010, cuja taxa de destruição ficou entre 0,69%, 0,40% e 0,26%, respectivamente.

Nas firmas com 100 a 249 trabalhadores também houve períodos com taxas de destruição. Em 2003 a taxa de destruição era de 0,09%, em 2005 chegou a 0,16% e em 2009 para 0,18%. As empresas com 250 a 499 empregados apresentaram em 2008 e 2009 destruição de emprego entre 0,29% e 0,17%, respectivamente.

A taxa de realocação calculada para identificar a capacidade de alocação de recursos na economia, foi maior do que a taxa de criação bruta nos diferentes períodos, conforme pode ser acompanhado na Tabela 24.

Tabela 24-Taxa de realocação de emprego (Gjrt) por tamanho do estabelecimento, de acordo com o número de empregados, no estado de Mato Grosso do Sul.

Gjrt/Ano	1a4	5 a 9	10 a 19	20 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais	Total
Gjrt (2003-2002)	0,79	0,82	0,57	1,26	0,57	-0,01	0,70	0,34	0,00	5,04
Gjrt (2004-2002)	0,66	0,71	0,80	0,82	0,68	0,18	1,29	-0,01	2,54	7,67
Gjrt (2005-2004)	0,42	0,29	0,28	0,44	0,48	-0,06	1,27	1,67	2,08	6,87
Gjrt (2006-2005)	0,15	0,25	0,50	0,00	0,25	0,58	0,16	0,67	2,02	4,58
Gjrt (2007-2006)	0,36	0,36	0,30	0,82	0,37	0,84	0,34	1,30	2,65	7,35
Gjrt (2008-2007)	0,42	0,58	0,78	0,78	0,45	1,18	-0,03	0,00	1,68	5,84
Gjrt (2009-2008)	0,54	0,39	0,42	0,52	0,46	-0,08	-0,01	1,91	1,23	5,38
Gjrt (2010-2009)	0,55	0,72	0,54	1,21	0,57	0,93	1,23	0,00	1,37	7,12
Gjrt (2011-2010)	0,52	0,66	0,66	0,60	0,86	0,04	0,68	0,23	2,14	6,39
Gjrt (2012-2011)	0,43	0,49	0,41	0,58	0,14	0,62	0,66	0,50	-0,34	3,48

Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

Em 2004 é encontrada a maior taxa de realocação do período, alcançando 7,6%. Os estabelecimentos com maior taxa de realocação dentro do estado são os estabelecimentos com 1000 ou mais empregados, onde a taxa de realocação média para o período em análise é de 1,8%, ou seja, 1,8% dos trabalhadores desses estabelecimentos conseguem se realocar quando há alguma perda de emprego. Esses estabelecimentos também apresentaram um desempenho negativo em 2002 a taxa de realocação ficou em 0%, ou seja, houve dificuldade para os trabalhadores desses estabelecimentos se realocarem no mercado de trabalho.

A taxa de realocação dos estabelecimentos de 20 a 49 empregados apresentaram a segunda maior taxa de realocação, cerca de 0,69%. Esses estabelecimentos apresentaram em 2008 uma taxa de realocação de 0%, indicando uma dificuldade para a realocação da mão de obra. Em terceiro lugar vêm às empresas com 250 a 499 empregados, que apresentaram uma taxa de realocação de 0,67%, esses estabelecimentos apresentaram em 2009 e 2008 taxa de realocação de 0%, ou seja, sem realocação bruta de trabalhadores.

Os estabelecimentos com 100 a 249 empregados apresentaram a menor taxa de realocação durante o período em análise atingindo cerca de 0,37%. Apresentando nos períodos de 2003, 2005 e 2009, taxa de realocação negativa, indicando dificuldade de conseguir novos empregos em períodos de recessão econômica.

Neste capítulo buscou-se analisar as taxas de criação bruta, destruição e realocação do mercado de trabalho sul-mato-grossense. De acordo com os resultados apresentados pode-se concluir que em Mato Grosso do Sul a realocação é maior do que a criação bruta de emprego, tanto nos setores de atividade econômica quanto entre as principais cidades do estado e no tamanho dos estabelecimentos.

As taxas de destruição foram pequenas, observando uma inter-relação com a taxa de realocação, ou seja, os municípios e setores que apresentaram destruição acabaram por não ter realocação naqueles períodos. Outra característica que influi sobre a taxa de realocação é a alta rotatividade dos trabalhadores, na análise por setor pode se observar que o setor com maior rotatividade é a construção civil.

A taxa de criação bruta foi maior no setor de serviços e no município de Três Lagoas. As menores taxas de realocação foram no setor de administração pública e no município de Campo Grande. Assim, pode-se concluir que o mercado de trabalho sul-mato-grossense não é tão dinâmico e flexível já que em períodos de destruição de emprego é verificado que os trabalhadores possuem dificuldade em se realocar em outros postos de trabalho e a qualidade de emprego é duvidosa, visto as elevadas taxas de rotatividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado de trabalho sul-mato-grossense é caracterizado por uma forte heterogeneidade de sua mão de obra. A participação dos gaúchos e paraguaios na constituição do mercado de trabalho estadual deve ser ressaltada por sua importância.

Um problema encontrado no decorrer do trabalho é que apesar do estado atrair muitos trabalhadores de diferentes regiões, esses não tendem a permanecer. Em relação ao fluxo de emprego pode-se verificar que entre o período analisado houve um aumento de 43,35% nível de emprego. A participação feminina vem crescendo ascendentemente, em 2002 eram 38,2% da mão de obra e em 2012 já atingia 40,45%.

É encontrado no Mato Grosso do Sul uma diferenciação salarial entre gênero onde os homens ganham entre 9% a 13% acima do que as mulheres. Essa diferença pode ser explicada pelo fato de os homens trabalharem em média 22% a mais, em horas, do que as mulheres e por iniciarem sua vida profissional antes e se manterem por mais tempo em atividade.

As mulheres se apresentam como a mão de obra mais instruída, correspondente a 59,9% dos trabalhadores com ensino superior completo, comparando as diferenças salariais relacionadas ao nível de instrução, concluiu-se que os homens acabam recebendo até 36,8% a mais do que as mulheres se possuírem nível superior.

Os trabalhadores no estado tendem a permanecer por até 60 meses na mesma empresa, sendo que mulheres permanecem por mais tempo no emprego do que os homens. A taxa de permanência é maior no setor de serviços industriais de utilidade pública e na administração pública. A menor taxa é encontrada principalmente no setor da construção civil, indústria de transformação e comércio, a taxa de permanência acaba influenciando na taxa de rotatividade já que esta mede a quantidade de reposições de trabalhadores feita pela empresa.

A análise da taxa de rotatividade dos trabalhadores nos principais setores de atividade econômica mostrou que essa é elevada, sendo maior até mesmo do que a da região Centro-Oeste e do Brasil como um todo. Sendo o setor com maior taxa de rotatividade o setor da construção civil e o de menor taxa, a administração pública.

As taxas de rotatividade acarretam ao trabalhador muita insegurança, pois o trabalhador pode se sentir coagido a aceitar baixas condições de trabalho para não ser substituído por outro.

Ao analisar a criação de emprego por setores foi possível chegar à conclusão que o setor de serviços é o propulsor dos empregos gerados, em relação à evolução do emprego em alguns setores pode-se observar que a construção civil teve uma evolução percentualmente maior do que os demais setores durante o período analisado, isso porque nos últimos anos vêm ocorrendo um maior investimento em infraestrutura e imóveis.

Outra conclusão sobre as taxas de criação é o fato dos setores de indústria de transformação, comércio e serviços terem apresentado criação de emprego durante todo o período analisado. O pior desempenho ficou por conta da administração pública que durante certos períodos apresentou destruição de emprego.

A taxa de realocação encontrada indica que o mercado de trabalho é pouco flexível às mudanças econômicas, a taxa média encontrada durante o período analisado indica que apenas 5,74% dos trabalhadores conseguem se realocar no mercado de trabalho, sendo maior no setor de serviços do que nos demais.

Observando o potencial criador de emprego das principais cidades de Mato Grosso do Sul, verificou-se a que a cidade com maior potencial criador de emprego foi Três Lagoas, o mesmo se repete ao analisar as taxas de realocação no qual o município alcançou 9,62%. Analisando a criação de emprego por tamanho da empresa pode ver que os estabelecimentos com mais de 1000 empregados possuem as maiores taxas de realocação.

Assim, chega à conclusão que é necessário desenvolver políticas que invistam no desenvolvimento do trabalhador por meio de qualificação profissional e que motive o trabalhador a permanecer na empresa, continuando com as políticas já existentes para que assim possa haver a redução da taxa de rotatividade que é o grande problema do mercado de trabalho sul-mato-grossense e que influencia diretamente na taxa de realocação, dificultando a flexibilidade do mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G.M. RODRIGUES, D.P; RAQUEL, F. CORTICEIRO, D. B.A. Mercado de trabalho e migração para o Centro-Oeste Brasileiro. In: **XIII Encontro da Associação Brasileira de Assuntos Populacionais**. Anais. Minas Gerais, 2002, p.4-14. Disponível em:<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_TRB_PO61_Almeida_texto.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2013.

ANDRADE, S.S. I; PEREIRA, J. H. V. **Fontes documentais e históricas na interpretação da migração paraguaia em Mato Grosso do Sul: elementos para compor o desenho das trajetórias escolares e da constituição de sujeitos migrantes**. Disponível em:<<http://www.propp.ufms.br/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=385>>. Acesso em: 06 dez. 2013.

ARBACHE, J.S; CORSEUIL, C. H. **Liberalização comercial e estruturas de emprego e salários**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, (Texto para discussão, 801), Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4051>. Acesso em: 16 de ago. 2013.

BOURLEGAT, C. A. (coord.). Análise do balanço de pagamentos do estado de Mato Grosso do Sul e a importância dos APLS no fluxo de comércio. In: **Relatório de pesquisa 02**. Disponível em:<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Analise_MS.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

COELHO, D. **Ascensão profissional de homens e mulheres nas grandes empresas brasileiras**. Ed. IPEA- Tecnologia, exportação e emprego. Brasília, 2006 p.143-157.

CONSTANZI, R.N. **Evolução do emprego formal no Brasil (1985-2003) e implicações para as políticas públicas de geração de emprego e renda**, Brasília: IPEA, 2004, (Texto para discussão, 1039) Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1039.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2013.

CORSEUIL, C.H; SERVO, L.M; RIBEIRO, E. P (org.). **Criação, destruição e realocação de empregos no Brasil**. Ed. IPEA. Brasília, DF. 2006.p 15-34.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS-DIEESE. **Rotatividade e flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo, 2011. Disponível em:< <http://blog.mte.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7C813E3D169912013D265EB5A510A4&inline=1> >. Acesso em: 20 nov.2013.

EHRENBERG,R,G; SMITH,R.S. **A moderna economia do trabalho**. Ed. Makron Books, São Paulo. 1994.p29-510.

FERNANDES, J.N; SCHLINDWEIN, M. M. Emprego formal e informal: uma análise para o estado de Mato Grosso do Sul. In: **XLVIII Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2010, Campo Grande. Palestra. SOBER, 2010.p.1-4. Disponível em:<<http://www.sober.org.br/palestra/15/786.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

FRAINER, D.M; VIEIRA, R.M; SILVA, A.B. M. Dinâmica Regional do Crescimento do Emprego Formal em Mato Grosso do Sul de 1990 a 2010. In: **XLIX Congresso da SOBER-Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2011, Belo Horizonte. Palestra. SOBER, 2011.p.3-4.

FUNDAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DE CAMPO GRANDE-FUNSAT. Disponível em:< <http://www.capital.ms.gov.br/observatorio/boletimLista?pg=4> >>. Acesso em: 15 dez. 2013.

GONZAGA, G. Rotatividade e qualidade do emprego no Brasil. In: **Revista de economia política**, vol. 18, n.1, jan.1998. Disponível em:< <http://www.rep.org.br/pdf/69-8.pdf>>.Acesso em: 20 maio. 2013.

HALTIWANGER, J; SCARPETTA, S; SCHWEIGER, H. Assessing Job Flows across countries: The role of industry, Firm size and Regulations. In: **Discussion papers series, Iza dp No. 2450**. Alemanha, 2006. Disponível em: <<http://ftp.iza.org/dp2450.pdf> >. Acesso em: 12 fev.2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Censo Demográfico-2010**, 2010. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=MS> >. Acesso em: 29 mar. 2013.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**, 2009. Disponível em:< http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/sintese_de_faultpdf.shtm>. Acesso em 10 set. 2013.

_____. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**, nº17. Nov.2012. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt53_completo.pdf>. Acesso em: 16 jan.2014.

JUTELL, L. P. Norte e Centro Oeste, novos polos de migração. In: **Notícias do Brasil: Rotas migratórias**. Disponível em: < http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252007000400005&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 out. 2013.

KEYNES, J. M. **Teoria Geral do emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo, 1990. Ed. Atlas. p 24-33.

KON, A. Diversidade nas condições de informalidade do trabalho brasileiro. In: **XXXII Encontro Anpec**, 2004. Disponível em:<<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A156.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

_____. Família e trabalho: considerações teóricas sobre a participação no mercado de trabalho. In: **VII Ciclo de debates do grupo de economia industrial. PUC-SP**. Disponível em:<http://www.pucsp.br/eitt/downloads/vii_ciclo_debates_2009/VIICiclo2009_ArtAnita_Kon.pdf>. Acesso em: 29 out.2013.

MALDANER, I. S. **Descriminação por gênero no mercado de trabalho paranaense**. Ed. Prêmio IPEA-CAIXA 2005.64p. Disponível em:<www.esaf.fazenda.gov.br/premios/.../.../mh-tema-1-estudantes>. Acesso em: 06 dez.2013.

MELOS, A. M. A. Discriminação Salarial por sexo na região Centro- Oeste. In: **Revista Administra-ção**, nº 1, 2004. Disponível em: < <http://revistas.unievangelica.com.br/index.php/administracao/article/download/337/339>>. Acesso em: 24 out. 2013.

MENDES, C.S. **O livro da economia**. São Paulo. Ed. Globo, 2013. P.154-302.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda-2011**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A333FE61F013341780DBB382F/mercado.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2013.

_____. **Movimentação Contratual do mercado de trabalho formal e rotatividade no Brasil.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/institucional/rotatividade_mao_de_obra.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2013.

NEGRI, F; NEGRI, J.A; COELHO, D. (org.) . **Tecnologia, exportação e emprego.** Brasília, IPEA, 2006. P.17-50.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO-OIT. **Perspectivas a corto plazo y principales desafíos para el mercado de trabajo em los países del G20.** Moscou, 2013. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_217827.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2013.

PESQUISA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO. **O retrato do treinamento no Brasil.** In: **Revista T&D**, 2013. Ed.181.p.6. Disponível em: <http://portal.abtd.com.br/Conteudo/Material/Arquivo/PesquisaABTD20132014.pdf?utm_source=pesquisa&utm_medium=email&utm_campaign=pesquisa&utm_term=retornorespostapesquisa&utm_content=linkpesquisadownload>. Acesso em: 01 fev. 2014

POCHMANN, M. **A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil.** São Paulo. Ed. Contexto, 2001. P. 156-159.

_____. **O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais**, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142009000200004&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 jan. 2014.

PROBST, E.R; RAMOS, P. **A evolução da mulher no mercado de trabalho.** Instituto catarinense de pós-graduação. Revista 2:jan-jun/2003,p.3-5. Disponível em: <<http://www.posuniasselvi.com.br/materias/artigos.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTOS-PNUD. **Relatório de desenvolvimento humano.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013>. Acesso em: 22 out.2013.

RIBEIRO, E. P. **Fluxos De empregos, fluxos de trabalhadores e fluxos de postos de trabalho no Brasil.** Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/oldroot/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto2310.pdf>> Acesso em: 31 mar. 2013.

RIBEIRO, E.P; PEREIRA, F. K. R. **Criação e destruição de empregos na indústria e os efeitos do câmbio e da abertura comercial: o caso da indústria gaúcha nos anos 1990.** São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v10n3/a02v10n3.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2013.

SCHIMIDT, R. W. **O impacto da rotatividade de mão de obra terceirizada no setor da construção civil-estudo de caso.** Criciúma, Ed. UNESC, maio de 2011. Disponível:<<http://repositorio.unesc.net/bitstream/handle/1/909/R%C3%ADchard%20William%20Schmidt.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 out.2013

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro. Ed. Fundo de Cultura, 1961. P.108-113.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, DA PRODUÇÃO, DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO-SEPROTUR. Disponível em:<<http://www.seprotur.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&comp=1776&show=980>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

SILVA, A.B. M; FRAINER, D.M; SILVA, S. S. Análise dos diferenciais de salário no mercado de trabalho de Mato Grosso do Sul no período de 2002 a 2008. In: **Seminário de Economia Aplicada e Regional- SEMEAR.** Dourados, 2010, (Texto para discussão nº1 de 2010). P.11-14

SILVA JUNIOR, G. G.; RIBEIRO, E. P. Criação e destruição de emprego formal por qualificação no setor privado brasileiro: características e assimetrias. In: **IV Encontro nacional da associação brasileira de estudos regionais-ENABER.** Brasília, 2006. Disponível em: <<http://aplicativos.fipe.org.br/enaber/pdf/112.pdf>>. Acesso em: 07 Abr. 2013.

SIMON, P. **A diáspora do povo gaúcho.** Brasília, Senado Federal, 2009. Disponível em:<<http://www.senado.gov.br/senadores/Senador/psimon/livros/livro044.pdf>>. Acesso em: 09 nov.2013.

SOUZA, A. O. **Estado e indução da atividade industrial.** Dourados. Ed.UFGD, 2010. P 64-73.

VIEIRA, R.M. Comportamento do mercado de trabalho: um estudo preliminar para o estado do Mato Grosso do Sul. In. **VI Seminário do trabalho.** Anais. Marília, 2008. P 7-15. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/roselemarquesvieira.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2013.

APÊNDICE A-

Estoque de empregos formais segundo o grau de instrução no Mato Grosso do Sul para o gênero masculino, durante o período de 2002 a 2012.

Grau de instrução	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Analfabeto	8166	2631	2953	3053	2562	2646	2547	2650	2462	2151	2174
5ª incompleta do ensino fundamental	23458	24924	23210	21445	22024	23358	22122	22147	23543	24434	22630
5ª completa do ensino fundamental	26378	25990	25874	24712	23427	25320	23036	21683	21379	20090	19260
9ª incompleta do ensino fundamental	37871	39637	43323	42191	42466	44433	44105	44353	43728	44460	44252
Ensino fundamental completo	37618	39418	43095	44392	44679	46440	47252	47250	47680	47893	51095
Ensino médio incompleto	20149	23095	26239	27885	29314	30913	31127	31624	34350	36108	37989
Ensino médio completo	33848	39542	50751	58673	65658	76295	86606	98350	111897	125482	136641
Ensino superior incompleto	10024	10667	6682	7915	8601	9297	10204	10959	11287	11875	12181
Ensino superior completo	18183	22890	22572	26011	28039	30042	32383	34446	37284	40289	41288
Total	215.695	228.794	244.699	256.277	266.770	288.744	299.382	313.462	333.610	352.782	367.510

Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS.

APÊNDICE B-

Estoque de empregos formais segundo o grau de instrução no Mato Grosso do Sul para o gênero feminino, durante o período de 2002 a 2012.

Grau de instrução	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Analfabeto	9616	754	718	731	628	550	555	580	529	268	313
5ª incompleta do ensino fundamental	6883	4749	6466	6446	5931	6233	6342	6351	7258	6791	6596
5ª completa do ensino fundamental	4801	7871	8376	8204	7168	7154	7248	6923	6987	6859	7021
9ª incompleta do ensino fundamental	12165	12517	13693	14089	14087	14255	14449	14328	14471	15779	16275
Ensino fundamental completo	15391	16381	18957	19082	19408	20320	20493	21142	21837	23241	23891
Ensino médio incompleto	11566	12858	13544	14417	14753	15154	15553	15981	17304	18385	19477
Ensino médio completo	31065	36331	45381	52018	57097	63066	71061	79272	88694	98467	102942
Ensino superior incompleto	11511	11146	6891	8312	8604	8707	9304	9941	10481	11384	11443
Ensino superior completo	27907	33841	32935	39621	44239	47987	52933	55527	59618	64012	61725
Total	130.905	136.448	146.961	162.920	171.915	183.426	197.938	210.045	227.179	245.186	249.683

Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS.

APÊNDICE C-

Evolução do emprego em Mato Grosso do Sul por setores econômicos de 2002 a 2012.

Setores	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Extrativa Mineral	878	1.049	1.193	1.379	1.601	1.855	1.898	1.818	1.894	2.367	2.634
Indústria de Transformação	39.939	42.400	47.786	49.095	53.141	65.257	68.130	75.851	81.096	85.105	94.472
Serviços Industriais de Utilidade Pública	2.905	2.619	2.772	2.922	3.023	2.758	2.825	2.834	3.030	3.344	4.656
Construção Civil	12.925	11.996	13.775	14.873	14.525	21.018	24.546	22.799	27.707	31.096	32.647
Comércio	61.364	67.715	75.288	80.073	81.729	86.253	93.314	98.350	107.412	115.210	120.900
Serviços	80.196	89.147	95.989	99.732	108.678	114.867	122.628	130.229	144.010	159.514	176.980
Administração Pública	104.819	99.176	98.925	116.211	118.264	121.729	125.430	130.731	133.939	135.719	120.694
Agropecuária	46.574	51.140	55.932	54.912	57.724	58.433	58.549	60.895	61.701	65.613	64.210
Total	349.600	365.242	391.660	419.197	438.685	472.170	497.320	523.507	560.789	597.968	617.193

Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério do Trabalho e Emprego.